

# metrópoles

REVISTA DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA 1º SEMESTRE 2012

## REFORMA DAS AUTARQUIAS: MELHORIA DA GOVERNABILIDADE OU INEFICÁCIA ADMINISTRATIVA?

### ENTREVISTA

MARIA DA LUZ ROSINHA  
PRESIDENTE  
DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE VILA FRANCA DE XIRA

### DESTAQUE

REORGANIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA  
TERRITORIAL  
AUTÁRQUICA

### PATRIMÓNIO

ARTES DA PESCA  
EM SESIMBRA

FADO, PATRIMÓNIO  
DA HUMANIDADE

### CULTURA

JOSÉ CARDOSO PIRES  
ESCRITOR DE LISBOA

ALCOCHETE . ALMADA .  
AMADORA . BARREIRO .  
CASCAIS . LISBOA .  
LOURES . MAFRA . MOITA .  
MONTIJO . ODIVELAS .  
OEIRAS . PALMELA .  
SEIXAL . SESIMBRA .  
SETUBAL . SINTRA .  
VILA FRANCA DE XIRA

# MUNICÍPIOS QUE CONSTITUEM A ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

## Alcochete

Largo S. João Baptista  
2894-001 ALCOCHETE  
Tel. 21 234 86 00 . Fax 21 234 86 90  
[www.cm-alcochete.pt](http://www.cm-alcochete.pt)

## Almada

Largo Luis de Camões  
2800-158 ALMADA  
Tel. 21 272 40 00 . Fax 21 272 45 55  
[www.cm-almada.pt](http://www.cm-almada.pt)

## Amadora

Av. Movimento das Forças Armadas  
2700-595 AMADORA  
Tel. 21 436 90 00 . Fax 21 492 20 82  
[www.cm-amadora.pt](http://www.cm-amadora.pt)

## Barreiro

Rua Miguel Bombarda  
2830-355 BARREIRO  
Tel. 21 206 80 00 . Fax 21 206 80 01  
[www.cm-barreiro.pt](http://www.cm-barreiro.pt)

## Cascais

Praça 5 de Outubro  
2754-501 CASCAIS  
Tel. 21 482 50 00 . Fax 21 482 50 30  
[www.cm-cascais.pt](http://www.cm-cascais.pt)

## Lisboa

Praça do Município  
1100-365 LISBOA  
Tel. 21 322 70 00 . Fax 21 322 70 08  
[www.cm-lisboa.pt](http://www.cm-lisboa.pt)

## Loures

Praça da Liberdade, 4  
2674-501 LOURES  
Tel. 21 982 98 00 . Fax 21 982 00 84  
[www.cm-loures.pt](http://www.cm-loures.pt)

## Mafra

Praça do Município  
2644-001 MAFRA  
Tel. 261 810 100 . Fax 261 810 130  
[www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)

## Moita

Praça da República  
2840-422 MOITA  
Tel. 21 280 67 00 . Fax 21 280 10 08  
[www.cm-moita.pt](http://www.cm-moita.pt)

## Montijo

Rua Manuel N. Nunes Almeida  
2870-352 MONTIJO  
Tel. 21 232 76 00 . Fax 21 232 76 08  
[www.mun-montijo.pt](http://www.mun-montijo.pt)

## Odivelas

Rua Guilherme Gomes Fernandes  
2675-372 ODIVELAS  
Tel. 21 932 00 00 . Fax 21 934 43 93  
[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)

## Oeiras

Largo Marquês de Pombal  
2784-501 OEIRAS  
Tel. 21 440 83 00 Fax 21 440 87 12  
[www.cm-oeiras.pt](http://www.cm-oeiras.pt)

## Palmela

Largo do Município  
2954-001 PALMELA  
Tel. 21 233 66 00 . Fax 21 233 66 59  
[www.cm-palmela.pt](http://www.cm-palmela.pt)

## Seixal

Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45  
2844-001 SEIXAL  
Tel.: 212 276 700 . Fax: 212 276 701  
[www.cm-seixal.pt](http://www.cm-seixal.pt)

## Sesimbra

Rua da República, 3  
2970-741 SESIMBRA  
Tel. 21 228 85 00 . Fax 21 228 85 26  
[www.cm-sesimbra.pt](http://www.cm-sesimbra.pt)

## Setúbal

Praça do Bocage  
2900-276 SETÚBAL  
Tel. 265 541 500 . Fax 265 541 621  
[www.mun-setubal.pt](http://www.mun-setubal.pt)

## Sintra

Largo Dr. Virgílio Horta  
2714-501 SINTRA  
Tel. 21 923 85 00 . Fax 21 923 86 57  
[www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt)

## Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 2  
2600-093 V.FRANCA de XIRA  
Tel. 263 280 480 . Fax 263 276 002  
[www.cm-vfxira.pt](http://www.cm-vfxira.pt)



# A NOVA LEI TOMA COMO ALVO AS AUTARQUIAS DE MENOR PESO NA DESPESA PÚBLICA DO ESTADO

Carlos Humberto de Carvalho  
*Presidente da JML*

Face ao desenvolvimento do processo de Reforma da Administração Local que decorre dos compromissos assumidos no Memorando de Entendimento de maio do ano passado, os representantes do Poder Local, a todos os níveis e em todo o espaço do território nacional, têm multiplicado junto do Governo os seus alertas, o seu protesto e as suas propostas de correção.

No que nos diz respeito, na Área Metropolitana de Lisboa, nunca nos furtámos a esta responsabilidade nem a este diálogo. Procurámos sempre demonstrar a fundamentação das nossas críticas, na expectativa razoável de que a sua natureza evidente fosse bastante para levar o Poder Central a mudar o rumo de algumas escolhas claramente erradas.

Esta esperança foi frustrada pela publicação, em 30 de maio, da Lei nº 22/2012, que aprova o regime jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. No prosseguimento de uma política que, no fundo, tenta responsabilizar o Poder Local pela crise e expô-lo perante a opinião pública como culpado de má gestão, esta Lei escolhe como alvo principal as freguesias, precisamente as unidades autárquicas mais frágeis e de menor peso na despesa pública do Estado, mas fundamentais pela proximidade às populações, pela capacidade de resolverem problemas das comunidades e pela prestação de serviços indispensáveis aos cidadãos.

São também as mais indispensáveis se pensarmos seriamente em

travar a desertificação do interior. Não se trata aqui de recusar em absoluto a necessidade de uma reorganização territorial. Haverá casos em que a fusão de freguesias contíguas pode ser conseguida com o acordo e envolvimento das autarquias e das populações. Redobrada atenção tem que ser dada ao interior profundo, onde determinadas freguesias ficam a dezenas de quilómetros de distância da sua sede do concelho. Mas podem ser estas as primeiras sacrificadas, a manter-se a cegueira dos critérios quantitativos adotados. Ainda por cima, foi demonstrado que a diminuição de despesa resultante dessa fusão ou extinção de freguesias é “irrisória”, o que o próprio Governo já reconheceu publicamente.

A Junta Metropolitana de Lisboa reafirma, novamente, conforme deliberação aprovada em 15 de março de 2012, o imperativo do respeito pela vontade e liberdade de expressão das populações, em vez do procedimento de pressão no sentido de uma “pronúncia” das assembleias municipais que seja favorável ao projeto do Governo.

Não sendo, portanto, o seu sacrifício necessário para qualquer alívio financeiro sério das dificuldades em que o País se encontra, as freguesias também não estão isoladas neste debate. No fundo, a Lei recentemente promulgada dá-lhes um protagonismo negativo que não pediram nem merecem, enquanto desvia a atenção dos outros patamares intermédios do Poder Local, que esta pretensa Reforma continua a adiar. A este tema voltaremos numa próxima edição da **Metrópoles**.

## METRÓPOLES 1º SEMESTRE 2012

**FICHA TÉCNICA.** Diretores Carlos Humberto de Carvalho, Carlos Teixeira, Ministro do Santos **Diretora Executiva** Sofia Cid **Coordenação Editorial** Mariana Coelho **Produção Editorial e Gráfica** Papel Press, **Redação** José Miguel Dentinho e Silas de Oliveira **Fotografia** Diapositivo, Museu do Fado, João Oliveira Silva, Municípios da AML **Colaboradores Permanentes** António Valdemar [cultura], João Paulo Martins (aromas), Rui Pimentel (cartonista) **Diretor Criativo** Luís Beato **Redação e Propriedade** Área Metropolitana de Lisboa, Rua Carlos Mayer, nº2, r/c, 1700-102 LISBOA Tel.: 218 428 570 - Fax: 218 428 577 E-mail: amjgeral@am.1pt **Distribuição Gratuita** ISSN:1645 - 7021 Depósito legal nº195580/03 **Tiragem:** 5000 exemplares.Semestral



12



16



20



EDITORIAL	3
BREVES	6
Notícias dos concelhos da AML	
ENTREVISTA	12
Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	
AML SEMESTRE	16
Conferência Internacional – Governância e Sustentabilidade Metropolitana: Desafios, Ambições e Perspetivas	
DESTAQUE	20
Reorganização Administrativa Territorial Autárquica	
PME'S INOVAÇÃO	38
Empresa Pública de Urbanização de Lisboa	
PATRIMÓNIO	40
A Arte Xávega e da Chinha em Sesimbra	
Lisboa – Fado, Património Imaterial da Humanidade	
FUNDOS COMUNITÁRIOS	48
Modernização do Parque Escolar	
IMAGENS METROPOLITANAS	52
João Oliveira Silva	
CULTURA	56
José Cardoso Pires, grande escritor de Lisboa.	
AROMAS	60
Vinhos Rosé, há 70 anos entre nós!	
ACONTECEU	64
Seminário - Ambiente urbano e riscos	

# JUNTA METROPOLITANA DE LISBOA

Área Metropolitana de Lisboa terá nova sede em breve



O Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, Carlos Humberto de Carvalho, e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, assinaram recentemente, o Contrato de Constituição de Direito de Superfície da Quinta da Paz a favor da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Este contrato resolve o problema da instalação da AML dando-lhe a necessária dignidade, e é simultaneamente um projeto de regeneração do património histórico edificado.

Área Metropolitana de Lisboa renova certificação

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) renovou a certificação como entidade formadora, após auditoria da Fundação CEFA (Fundação para os Estudos e Formação Autárquica). A AML ministra formação nas áreas seguintes: Administração Autárquica; Animação Desportiva, Lazer e Recreação; Marketing para as Autarquias; Imagem e Atendimento e Protocolo; Desenvolvimento da Formação; Gestão Financeira e Contabilidade Autárquica; Gestão de Pessoas e Direito Administrativo.

## ALCOCHETE

### . Património cultural

A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a Declaração da Tauromaquia como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal. Para o presidente da autarquia, Luís Miguel Franco, esta é uma declaração alicerçada na importância que a Tauromaquia tem em termos identitários, culturais e sociais no Concelho e que assenta também numa importante componente histórica.

### . Retenção do IMI

O Executivo Municipal aprovou, por unanimidade, uma proposta intitulada “Financiamento da Avaliação Geral de Prédios – Portaria nº 106/2012 de 18 de abril”, que se insere no contexto da luta contra a implementação de uma medida considerada “inconstitucional e ilegal”. Em causa está o facto do Governo se propor a reter, mensalmente, 5% da receita tributária do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referente a 2011 e a arrecadar em 2012.

### . Iluminação pública



A iluminação pública do Núcleo Antigo da vila de Alcochete está a ser objeto de uma intervenção no âmbito da operação Eco-eficiência do Espaço Público, do Programa de Ação para a Regeneração da Frente Ribeirinha, ao abrigo da

uma candidatura ao Programa Operacional Regional de Lisboa. Com um custo total de 51.855,45 euros, esta intervenção abrange as lanternas do Núcleo Antigo e algumas luminárias.

## ALMADA

### . Museu naval

Abriu ao público o Museu Na-



val, situado junto ao Jardim do Rio, com novas instalações. Instalado no antigo armazém de moldes da Companhia Portuguesa de Pesca, na frente ribeirinha do Olho-de-Boi, o novo espaço expositivo do concelho vem reforçar a Rede Municipal de Museus. Cerca de 300 mil euros foi quanto custou nas intervenções de reabilitação e requalificação no âmbito do Programa Polis XXI – Parcerias para a Regeneração Urbana/Frentes Ribeirinhas (QREN).

### . Clube náutico

O Clube Náutico de Almada inaugurou a sua nova sede social na antiga Gare Cacilhas 2, situada no Largo Alfredo Diniz, em Cacilhas. O financiamento obtido no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa, em conjunto com o apoio financeiro da autarquia de Almada e os capitais próprios do clube, permitiu a requalificação do edifício. O investimento ascendeu a 478 mil euros, com uma participação do Fundo Europeu de

Desenvolvimento Regional de 310.700 euros.

### . Reabilitação Urbana

Em menos de um ano foram investidos perto de um milhão de euros nas obras aprovadas no âmbito das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), um programa de incentivos e apoios à requalificação de edifícios do centro histórico. Depois de Cacilhas, também as ARU de Almada e Trafaria, constituídas no final de 2011, já têm uma obra aprovada para cada área e um crescente número de solicitações.

## AMADORA

### . Empreendedorismo

A Câmara Municipal da Amadora redefiniu a estratégia de atuação do Programa Municipal de Empreendedorismo – *Amadora Empreende*, de forma a reforçar esta iniciativa junto dos potenciais interessados em desenvolver uma ideia de negócio. Nesta nova fase, o programa funciona durante todo o ano, tendo sido criado para o efeito um Centro de Apoio ao Empreendedorismo. Lançada em 2008, esta iniciativa da autarquia já ajudou a implementar 24 negócios, contando com o apoio do ISCTE e da Fundação Gulbenkian.

### . Projeto E-Escolinhas

A autarquia foi distinguida com uma menção honrosa, nos *CIO Awards*, edição 2012, pelo seu desempenho no Plano Tecnológico para a Educação, com o projeto E-Escolinhas, ao equipar as 30 escolas EB1/JI do município com 92 quadros interativos, contribuindo de forma significativa para o combate à infoexclusão e acesso às TIC nas escolas. O investimento associado à iniciativa ascendeu a cerca de 400 mil euros.

## . SAD para todos



Na sequência do Projeto AMA-SENIOR, lançado em 2009, a autarquia apresentou uma nova iniciativa social – “SAD para Todos” – que tem por principais objetivos criar uma bolsa de vagas de SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) em IPSS do município, precavendo situações de urgência que não possam aguardar vaga. O projeto está protocolado com as instituições associadas ao AMASENIOR e tem capacidade para apoiar 24 utentes em simultâneo, 7 dias por semana.

## BARREIRO

### . Varino Pestarola



A embarcação tradicional Varino Pestarola, do Município do Barreiro, já se encontra disponível para passeios no Tejo, que se prolongarão até setembro. Há itinerários de dia-inteiro, na Ilha do Rato; e de meio-dia, na Baía do Seixal ou em Palhais. As inscrições podem ser efetuadas no Posto de Turismo, situado no edifício do Mercado Municipal

1º de Maio, sendo o preço das visitas o estabelecido no Regulamento e Tabela de Tarifas Municipais.

### . Delegação de competências

A Câmara Municipal do Barreiro assinou, com as oito freguesias do concelho, protocolos de delegação de competências da autarquia nas respetivas juntas de freguesia. Limpeza de espaços públicos, toponímia, reparação e conservação de escolas do pré-primário e 1º ciclo do ensino básico, equipamentos desportivos descobertos, pavimentos em calçada e espaços verdes, são as áreas acordadas entre as partes signatárias.

### . Espaços Vivos

Teve início em junho mais uma edição do Espaços Vivos, o programa de animação de verão do Concelho do Barreiro, que pretende dinamizar os espaços públicos de forma descentralizada, envolvendo os agentes culturais locais. A programação decorrerá até setembro e divide-se pelas áreas da cultura, do desporto e do ambiente, entre muitas outras. O programa completo pode ser consultado em [www.cm-barreiro.pt](http://www.cm-barreiro.pt).

## CASCAIS

### . Ideias de negócios

*The DivePod* foi o projeto vencedor do 6º Concurso de Ideias de Negócios de Cascais (CINC). Da autoria de João Holtremann, o projeto concebe a criação de um equipamento desportivo náutico inovador para o mercado de mergulho recreativo e profissional. O vencedor do CINC, uma iniciativa da autarquia através da agência DNA Cascais, irá receber um prémio de 2500 euros para criar a nova empresa.

### . Cascais no Rio

O Orçamento Participativo de Cascais esteve em destaque na Cimeira Internacional Rio + 20, tendo sido apresentado como caso de estudo na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. A participação da Câmara Municipal de Cascais na Cimeira veio reforçar a troca de experiências com diversos parceiros internacionais, colocando o município na vanguarda das questões sobre a sustentabilidade e democracia participativa.

### . Feira do Artesanato



Até 2 de setembro abriu portas mais uma Feira de Artesanato do Estoril, promovida pela Câmara Municipal, através da Cascais Dinâmica, no recinto em frente ao Centro de Congressos do Estoril. O certame mais antigo de Portugal reúne mais de três centenas de artesãos empenhados em mostrar as técnicas e tradições da arte popular em Portugal. Um concurso de Fado e um vasto programa de animação, fazem parte da programação do evento.

## LISBOA

### . Ideias para Lisboa

“Ideias para Lisboa” é uma iniciativa criativa e inédita da Câmara Municipal que visa estimular a cidadania ativa e promover o Orçamento Participativo (OP), que vai destinar em 2012, cerca

de 2,5 milhões de euros para concretizar as aspirações dos lisboetas para a sua cidade. O OP, lançado em 2008 com o objetivo de envolver os cidadãos nos processos de governação local, conheceu, em quatro anos, um elevado índice de participação dos lisboetas, e, apenas na edição de 2011, os projetos colocados em votação mobilizaram quase 18 mil pessoas a votarem.

### . Poupança de água

Está em curso a empreitada de execução de rede de rega e automatização para o Parque Eduardo VII e Jardim Amália Rodrigues. A automatização centralizada de rega permitirá adequar os tempos da rega às necessidades hídricas reais, resultando numa poupança global imediata na ordem dos 65%, equivalente a 475 mil euros anuais, sem contar com as poupanças indiretas. O valor da empreitada é de 689.984,44 euros.

### . Jardim botânico



A Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal assinaram um protocolo que estabelece os termos do apoio da autarquia à recuperação do histórico Jardim Botânico, anexo à antiga Faculdade de Ciências/Escola Politécnica. O documento consagra a recuperação das cisternas, sistemas de rega, estufa, caminhos e valetas, bem como a manutenção fitossanitária do

arvoredo do jardim, datado do século XIX e classificado como Monumento Nacional.

## LOURES

### . Hospital de Loures



Foi inaugurado o Hospital Beatrix Ângelo, situado em Santo António dos Cavaleiros, Loures, um sonho antigo da população local, que vê assim concretizada uma aspiração de melhores cuidados de saúde. Gerido pela Espírito Santo Saúde, serve perto de 300 mil habitantes, dos concelhos de Loures, Odivelas, Mafra e Sobral de Monte Agraço. A nova unidade hospitalar tem ao seu serviço 280 médicos e 320 enfermeiros, dispõe das valências de maternidade, pediatria, cirurgia, serviço de urgência, consulta externa, hospital de dia, e está equipada com 424 camas e oito blocos operatórios.

### . Plataforma eletrónica

Pelo quarto ano consecutivo, a Câmara Municipal de Loures foi distinguida com um certificado de boas práticas pela Vortal SA, por ter sido, em 2011, a autarquia que a nível nacional realizou mais procedimentos públicos de aquisição através desta plataforma eletrónica de contratação pública. O Município de Loures atingiu um número de procedimentos superior a 187, tendo adjudicado um montante superior a 17.935.319,68 Euros.

### . Parque das Nações

Os órgãos políticos do município – Câmara e Assembleia Municipal – rejeitaram por unanimidade a decisão tomada na Assembleia da República que “criou, sem qualquer consulta ao Município de Loures, a freguesia do Parque das Nações, nela incluindo territórios pertencentes às freguesias de Moscavide e Sacavém”, numa decisão que “viola de forma clara e inequívoca o estabelecido no artigo 249º da Constituição da República Portuguesa e a recém-aprovada Lei 22/2012”.

## MAFRA

### . Bandeira azul



As Praias da Foz do Lizandro, Ribeira d`Ilhas, Sul, São Lourenço e Calada foram distinguidas em 2012, com o galardão de qualidade, atribuído pela Associação Bandeira Azul da Europa, uma organização não-governamental para o reconhecimento de boas práticas ambientais. Este programa baseia-se num conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação para a sensibilização ambiental.

### . IADE Invest

A Câmara Municipal de Mafra foi distinguida com o prémio IADE INVEST Institucional, pela

contribuição prestada no ano letivo de 2011-2012 junto da comunidade universitária do IADE. A atribuição deste prémio surge na sequência do trabalho prestado pela autarquia, através da valorização e do desenvolvimento de competências, bem como da ajuda na promoção e estímulo de um ambiente criativo, inovador e empreendedor junto dos estudantes.

### . Jogos desportivos da CPLP

Decorreram em julho, no Parque Desportivo Municipal Eng. Ministro dos Santos, em Mafra, os VIII Jogos Desportivos da CPLP. Este evento desportivo reúne cerca de oitocentos jovens atletas, sub-16, representantes de todos os países de língua portuguesa que competiram em seis modalidades: atletismo, andebol, basquetebol, futebol, ténis e voleibol de praia. As equipas dos vários países participantes foram apadrinhadas pelos diversos Agrupamentos de Escolas do Concelho.

## MOITA

### . Eficiência energética

Desde o início de maio que o horário de funcionamento da iluminação pública no município da Moita passou a estar regulado pelo crepúsculo solar. A autarquia está também a substituir candeeiros mais antigos e ineficientes. Estas ações inserem-se num conjunto de medidas de eficiência energética na iluminação pública, que a Câmara Municipal da Moita está a implementar através da introdução de tecnologias que permitem uma melhor gestão e eficiência da iluminação.

### . Passeios fluviais

Até 27 de outubro, o varino *Boa*

*Viagem* vai efetuar passeios fluviais com a duração de três horas e percursos alternativos, com partida e chegada ao Cais da Moita. As reservas podem ser feitas por telefone ou *e-mail*, e a aquisição de bilhetes é feita no Posto de Turismo da Câmara Municipal da Moita, na Rua Machado Santos, nº 35, na vila da Moita.

### . Praia do Rosário



A Biblioteca Estival volta à Praia Fluvial do Rosário até ao dia 31 de agosto, disponibilizando livros, revistas, jornais e jogos tradicionais e didáticos para toda a família. Fomentar o gosto pelo livro e pela leitura, bem como atrair novos leitores para as bibliotecas municipais são os principais propósitos desta iniciativa da Câmara Municipal da Moita.

## MONTIJO

### . Dar de Volta

Foi já retomado o projeto “Dar de Volta – Montijo”, uma iniciativa da Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva, que consiste na recolha de livros e manuais escolares já utilizados, que serão entregues gratuitamente a quem deles necessitar. Até ao final do ano, poderão ser entregues os livros no balcão de Atendimento daquela biblioteca ou nos polos localizados no Montijo [Esteval], Afonsoeiro,



Alto Estanqueiro, Atalaia, Pegões e Canha.

### . Curtas-metragens

A Câmara Municipal do Montijo, em parceria com o Centro de Informação *Europe Direct* da Península de Setúbal, está a promover o concurso de curtas-metragens “Deixa-te Envolver”, no âmbito das comemorações do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações. A iniciativa é dirigida aos jovens da península de Setúbal, entre os 15 e os 25 anos, que podem apresentar projeto entre 3 e 5 minutos, candidatando-se a um prémio no valor de 150 euros em material audiovisual. As inscrições e entrega dos trabalhos devem ser enviadas até ao dia 28 de setembro, para o Gabinete da Juventude.

### . Feira de artesanato e antiguidades



Entre abril e setembro, no segundo sábado de cada mês, a Praça da República recebe a Feira de Artesanato e das Antiguidades, uma organização da Associação Montenenúfar, com o apoio da Câmara Municipal. Esta iniciativa surge no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho do Montijo, que congrega prioridades e orientações estratégicas no sector do turismo do concelho.

## ODIVELAS

### . Cartão jovem cidadão



Foi já apresentado o Cartão Jovem Cidadão, um documento gratuito, pessoal e intransmissível, dirigido a jovens que estudem, residam ou trabalhem no Município de Odivelas, com idades entre os 12 e os 35 anos, que visa atribuir benefícios e descontos nas áreas da saúde, desporto e lazer, cultura, estética e beleza, atividades económicas, hotelaria, restauração e educação. Esta medida é um dos instrumentos inseridos nas políticas municipais de juventude da autarquia.

### . Retenção do IMI

O Município de Odivelas interpôs uma providência cautelar contra o Ministério das Finanças, visando a suspensão da eficácia da norma relativa à retenção de 5% do Imposto Municipal sobre Imóveis para suportar o financiamento da avaliação geral de prédios urbanos. Esta iniciativa resulta da apreciação que o município faz de que tal norma contém vícios que determinam a sua ilegalidade e/ou inconstitucionalidade, pois a mesma promove a apropriação ilegítima de receitas.

### . Prémio “Pró-Autor”

A Câmara Municipal de Odivelas foi distinguida pela Socie-

dade Portuguesa de Autores na categoria “Pró-Autor” com a iniciativa “Encontros Lusófonos”, integrada na III Bienal de Culturas Lusófonas. Esta mostra dos países de língua portuguesa, realizou-se em maio de 2011 e contou com o alto patrocínio da CPLP e do Ministério da Cultura, contando ainda com uma Comissão de Honra presidida por Maria de Jesus Barroso.

## OEIRAS

### . Rede wireless

O Município de Oeiras disponibilizou recentemente, nas três bibliotecas municipais (Algés, Carnaxide e Oeiras), zonas de acesso gratuito à Internet. Esta nova oferta de serviços representa um salto qualitativo no conjunto dos recursos informativos disponibilizados nestes locais públicos por excelência, que terá um impacto muito positivo no aumento da afluência de novos públicos às bibliotecas.

### . Taguspark



Teve lugar recentemente a apresentação da nova Praça Central do Taguspark e o lançamento da primeira pedra do edifício do Grupo Novartis Portugal, naquele parque tecnológico situado no concelho de Oeiras. O projeto da Novartis, líder mundial na pesquisa, desenvolvimento, fabrico e co-

mercialização de produtos na área da saúde, representa um investimento de cerca de 14 milhões de euros, tendo como base 7.300 m2 de novos espaços de escritórios e comerciais, com fim de obra estimado para junho de 2013.

### . Reordenamento viário

Já está concluída a obra de reordenamento viário da zona sul do Complexo Desportivo do Jamor, a partir da Avenida Pierre de Coubertin. Esta intervenção teve como objetivo principal melhorar a fluidez do tráfego e tornar a circulação viária mais segura. A empreitada foi adjudicada, na sequência de concurso público, à empresa Pavilançil SA, pelo valor de 476.978,05 euros.

## PALMELA

### . “Néctares seculares”

No âmbito da designação Cidade Europeia do Vinho 2012, distinção atribuída pela RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho, Palmela está a desenvolver, ao longo do ano, um vasto programa de atividades ligadas ao mundo do vinho, que permitam, por um lado, dar a conhecer a produção local e as potencialidades turísticas da região e, por outro, estabelecer parcerias que potenciem novos públicos e mercados. O Festival do Moscatel foi um dos pontos altos desta iniciativa, e palco da apresentação do Bombom de Moscatel – a nova joia da doçaria regional - uma criação do Chef Nelson Félix, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

### . Castelo de Palmela

Foi adjudicada a requalificação das galerias da Praça de Armas,

espaços museológicos e Casa Capelo no Castelo de Palmela, no âmbito do Plano de Ação para a Recuperação e Revitalização do Centro Histórico, co-financiado pelo QREN, através do PORLisboa, no âmbito do regulamento específico Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana. As obras, com um prazo de execução de seis e sete meses, incluem a revitalização dos espaços através da articulação entre áreas comerciais e museológicas e a consolidação física do imóvel Casa Capelo.

**. Manuais escolares**



Pelo terceiro ano consecutivo, a Câmara Municipal de Palmela dinamiza, em parceria com o Grupo de Bibliotecas Escolares do concelho, o projeto “Dar de Volta”. A reutilização de manuais escolares do 1º ao 12º ano de escolaridade, disponibilizando-os gratuitamente a quem necessite, é o objetivo desta campanha com propósitos sociais, ambientais e económicos. A partir de julho, as bibliotecas municipais começaram a receber os livros usados, que podem ser levantados a partir de setembro. Este ano, o projeto conta com a colaboração do Grupo INdiferentes, alunos e ex-alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo, que irão recolher manuais escolares, no âmbito de uma ação de recolha de materiais para reciclagem.

**SEIXAL**

**. Faturação eletrónica**

A partir do mês de junho, está disponível um novo serviço da Câmara Municipal: um serviço gratuito que disponibiliza as faturas de consumo de água exclusivamente através de *e-mail*, deixando de ser remetidas aos clientes em suporte papel por correio. Esta nova facilidade enquadra-se no processo de modernização administrativa que a autarquia tem vindo a implementar nos últimos anos, com o objetivo de prestar ao munícipe serviços de qualidade e de excelência.

**. Núcleo de náutica**

Iniciaram-se as obras da segunda empreitada do Núcleo de Náutica de Recreio do Seixal – “Sustentabilidade do Cais de Pedra, Instalação de Cais para Atividade Piscatória e Implementação de Fundeadouro”. A intervenção tem fim previsto para agosto e enquadra-se no âmbito dos projetos de Valorização da Baía do Seixal e do desenvolvimento da náutica de recreio.

**. Acessibilidades aos transportes**



A Câmara Municipal do Seixal e a Agência Municipal de Energia ficaram em 2º lugar do Prémio Acessibilidade aos Transportes, uma iniciativa do Instituto

da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, que distingue medidas e ações que contribuíam de forma eficaz para a promoção de maior acessibilidade aos transportes públicos. O projeto distinguido – Informação aos Utentes de Transporte Público com Limitações Sensoriais – foi implementado em 2010, com a colaboração dos operadores TST e Fertagus.

**SESIMBRA**

**. Prémio científico**

Inês Correia de Sousa foi a vencedora da 4ª edição do Prémio Científico Sesimbra, no valor de 10 mil euros. A bióloga marinha apresentou um trabalho de investigação, que se debruçou sobre a *Conservação e Gestão da Biodiversidade no Parque Marinho Professor Luiz Saldaña: Estudo do Efeito Reserva nas Comunidades Marinhas de Substratos Móveis*. Foram ainda entregues menções honrosas a Maria Manuela Mendes, Pedro Candeias, Pedro Silva Brígido, Ana Faria e Rita Borges. Na ocasião, Augusto Pólvora, presidente da edilidade, realçou a qualidade dos estudos apresentados e o facto de muitos dos investigadores concorrentes pertencerem ao concelho de Sesimbra.

**. Largo do Município**

Estão concluídas as obras de requalificação do Largo do Município, em Sesimbra, uma das obras inseridas no Programa Integrado da Frente Marítima da Vila, apoiado pelo QREN – PORLisboa. Com a conclusão do projeto, o largo recupera a função de praça central, passando a ter o trânsito condicionado, mais área pedonal e zonas de esplanadas ordenadas, em calçada à portuguesa. A par

do arranjo urbanístico e melhoria da iluminação pública, as obras contemplam a reformulação das telecomunicações, redes de águas residuais, domésticas e pluviais e instalação de mobiliário urbano.

**. Finisterra**



O documentário *The Palladians*, do italiano Guido Cerasuolo, foi o grande vencedor da 1ª edição do Finisterra – Arrábida Film Art & Tourism Festival, ao conquistar o Grande Prémio Finisterra. A primeira edição do Finisterra, reuniu 96 filmes de 17 países, e decorreu entre maio e junho, em Sesimbra, Setúbal, Palmela, Lisboa e Troia. O Arrábida Film Art & Tourism Festival é promovido pela empresa Falcão Azul e pelo Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos, com o apoio das autarquias de Sesimbra, Setúbal e Palmela. Para o presidente da Câmara Municipal, Augusto Pólvora, esta iniciativa da autarquia “é importante para divulgar a região e apoiar a candidatura da Arrábida a Património Mundial da UNESCO”.

**SETÚBAL**

**. Retenção do IMI**

A Câmara Municipal de Setúbal aprovou uma moção, por maioria, onde rejeita a “injusta decisão” de limitação financeira a que o governo quer sujeitar as autarquias através da reten-

ção de 5% do IMI. O documento aprovado refere que esta medida, “decidida e imposta unilateralmente pelo Governo PSD/CDS, vem, a meio de um ano financeiramente difícil, privar os municípios de parte de uma fonte de financiamento prevista e considerada fiável”.

### . Praia da Saúde



Um passeio público, com espaços de recreio para usufruto da população, fazem parte da nova área urbana de lazer voltada ao rio, a primeira fase de uma obra liderada pela autarquia de beneficência da Praia da Saúde, integrada no PIVZRS – Programa Integrado de Valorização da Zona Ribeirinha de Setúbal. O projeto “Reconversão Urbana da Zona Ribeirinha Poente”, um investimento superior a um milhão de euros, foi implementado com apoios comunitários através do PORLisboa.

### . Casa do Corpo Santo

As obras realizadas neste edifício setecentista, a aguardar classificação patrimonial, situado junto à Igreja de Santa Maria, devolveram ao novo espaço museológico o ambiente histórico presente nos vários usos a que esteve sujeito desde o século XIV. As intervenções lideradas pela autarquia, incluídas no programa Regeneração Urbana do Centro Histórico de Setúbal, apresentaram um investimento

de 180 mil euros, comparticipado através do PORLisboa.

## SINTRA

### . Museu do ar

O Museu do Ar reabriu as suas portas após sete meses de encerramento para reabilitação do espaço e renovação de coleções, entre as quais se destacam modelos de aeronaves que fizeram história na aviação. São ainda novidade a nova Sala dos Pioneiros, onde são apresentados objetos relacionados com os aviadores portugueses que contribuíram com o seu pioneirismo para o progresso da aviação em Portugal, uma sala multimédia, patrocinada pela autarquia de Sintra, com um auditório dotado para 50 lugares e uma biblioteca com 5000 títulos, disponível para consulta do público em geral.

### . Arquivos eclesiásticos



A Câmara Municipal de Sintra, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, desenvolveu um projeto de tratamento e divulgação do fundo “Arquivos Eclesiásticos” do Arquivo Histórico, que teve como objetivo não só o tratamento do fundo, pertencente ao Arquivo Municipal de Sintra, cujos documentos vão do séc. XVI ao séc. XX, mas também a sua preservação e conservação. Deste trabalho resultou a higienização, trata-

mento documental e digitalização de 1079 documentos de 37 fundos do clero secular (igrejas paroquiais), regular (conventos e mosteiros) e coletividades canónicas (confrarias, irmandades e misericórdias, albergarias) de Sintra, que estão agora acessíveis ao público em suporte digital, através de pesquisa local no Arquivo Histórico.

### . Apoio alimentar

A autarquia de Sintra, com a colaboração de um vasto número de instituições, empresas e restaurantes, tem vindo, desde março último, a desenvolver o Programa de Apoio Alimentar (PAA), uma iniciativa que dá já apoio a 230 famílias, correspondendo a 342 pessoas. Atualmente, no âmbito do PAA, estão a ser doadas, mensalmente, 2.100 refeições, garantidas pelas “entidades dadoras”, instituições que, de forma solidária, fazem a doação direta das suas próprias refeições. Ao abrigo deste programa são ainda doados, também mensalmente, 190 cabazes de géneros alimentares.

## VILA FRANCA DE XIRA

### . Aquisição de viaturas

Considerando a importância de que se reveste a ação das associações para o desenvolvimento do Concelho de Vila Franca de Xira, a Câmara Municipal criou extraordinariamente este ano, um programa de apoio a obras e de aquisição de viaturas para estas entidades. 250 mil euros serão disponibilizados para estes apoios, acrescendo aos 500 mil euros já empregues na atividade regular das associações. No total o apoio ao movimento associativo em 2012, cifra-se em 750 mil euros.

### . Rua Alves Redol



A rua Alves Redol, em Vila Franca de Xira, no troço entre as ruas Sacadura Cabral e Almeida Garret, incluindo a Praceta da Justiça, está em obra de requalificação. Esta intervenção, partilhada entre os SMAS e a Câmara Municipal, no valor global de 561 mil euros, inclui intervenções nas vias de circulação rodoviária e pedonal, iluminação, sinalização, mobiliário urbano e arborização, remodelação das redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais.

### . Férias de Verão

Artes plásticas, desporto, colónias de férias ou experiências profissionalizantes, são algumas das propostas que o município tem para oferecer aos jovens do concelho no período de férias de verão. De julho a setembro, os programas disponíveis, de acesso gratuito, a custo reduzido ou ainda conferindo remuneração aos participantes, são os seguintes: “Artes no Museu” – oficinas educativas; “Estivale” – animação e leituras de verão; “Férias Desportivas”; “Férias Jovens”, em Vila Nova do Ceira. Informações e inscrições devem ser solicitadas junto do Museu Municipal; Bibliotecas; e Divisão de Desporto e Juventude da autarquia.

A close-up portrait of Maria da Luz Rosinha, a woman with short, wavy, light brown hair and green eyes. She is wearing a dark blue jacket and small, round, sparkling earrings. The background is a blurred outdoor scene with a blue sky and some structures.

É PRECISO UMA VISÃO  
**METROPOLITANA INTEGRADA  
LEGITIMADA PELO VOTO**

Maria da Luz Rosinha, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Para Maria da Luz Rosinha, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, é necessária a criação de uma área metropolitana que seja sustentável, articule as suas necessidades e soluções e possa dar uma resposta mais adequada a todos os que nela vivem e trabalham. Há problemas sociais, de mobilidade e outros que só poderão ser resolvidos com soluções integradas implementadas por uma junta metropolitana legitimada pelo voto.

**Metrópoles - No próximo ano vão ocorrer eleições autárquicas. Como vê o futuro do poder local, espartilhado como está nas contas do défice público?**

**Maria da Luz Rosinha** - O poder local deve observar um conjunto de regras para que não lhe seja imputado, como é hoje, a maior parte da responsabilidade pelo défice do país. Isso não é verdade!

Quando se fazem contas percebe-se, de forma clara, que a expressão da dívida das autarquias é muito reduzida face à dívida do país. E quando se adiciona um exercício que eu considero fundamental, que é perceber o proveito para as populações do exercício do poder local, os resultados líquidos negativos das autarquias deveriam ser considerados, muitas vezes, como proveitosos para as populações, ou seja, positivos.

Estando as autarquias na frente de contacto com as pessoas, principalmente nos momentos difíceis que atravessamos, são elas que resolvem problemas que qualquer governo ignora em absoluto.

Mas isto não significa que as autarquias não sejam sujeitas a regras de boa gestão dos meios de que dispõem. Por isso, estou de acordo com o conjunto de regras que são impostas.

Mas não precisávamos nada de uma Lei 8/2012, porque bastava cumprir o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias (Pocal) para que as coisas corresse bem. E vamos ver se as infrações que ocorrem a coberto deste, não acontecerão também a coberto da Lei 8, a famosa Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

**Metrópoles - Algumas propostas polémicas do governo, como as Leis do Arrendamento Urbano, dos Compromissos Financeiros e do IMI, têm suscitado alguma polémica. Qual é o seu comentário sobre estes temas?**

**Maria da Luz Rosinha** - Há uma necessidade clara do governo fazer subir a receita. No entanto, há um conjunto de medidas que se revelam não ser as mais indicadas para isso. Mais impostos nem sempre significam mais receita. Podem é implicar mais desemprego e encargos para o Estado, como aconteceu com a subida do IVA para 23%. Nalgumas áreas, como é o caso da restauração e outras pequenas empresas, há muitos nichos familiares que dão emprego, mesmo que seja apenas a uma ou duas pessoas. Se fecharem, darão amanhã encargos acrescidos ao Estado através de subsídios de desemprego. É algo que tem de ser revisto. E não deve haver medo de reconhecer que determinada medida não teve os efeitos previstos.

Outra decisão desafortunada foi aumentar o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), num momento em que as famílias portuguesas têm grandes dificuldades devido à falta de emprego. É uma opção que irá conduzir ao aumento de dívidas ao Estado e a ações em tribunal que irão resultar em nada, porque as famílias não podem pagar. São disso exemplo situações que estão agora a tentar inverter, e que resultam de prestações não pagas à banca. Poucos há que não queiram pagar a sua casa e ninguém vai para a rua por vontade própria. As novas medidas irão contribuir para evitar que as famílias levem ações de despejo e possam continuar na habitação.

Nos momentos difíceis, os governos são ainda mais avaliados pelas medidas que tomam. E as que dizem respeito aos problemas sociais são fundamentais para as pessoas.

**Metrópoles - No quadro da Reforma da Administração Local, tem ideia quantas freguesias de Vila Franca de Xira vão ser extintas ou fundidas com outras? Concorda com a filosofia do diploma?**

**Maria da Luz Rosinha** - O concelho de Vila Franca de Xira tem 11 freguesias, três rurais e oito urbanas. São todas importantíssimas. Cada uma delas tem identidade própria e uma história que vale a pena preservar. Eu não posso concordar com a filosofia do diploma. Desde logo, quando saiu a primeira teoria associada ao documento verde, houve controvérsia. Então, ela foi mudada. Aliviou-se a pressão sobre as zonas interiores e rurais do país e sobrecarregou-se as áreas urbanas.

Esta reforma não está desta maneira no documento da *troika*. Por isso não vale a pena invocá-lo para a defender. O que não faz sentido é eliminar freguesias com dois a três mil eleitores, quando há municípios com menos de mil. Ou seja, se esta reforma se destinava às autarquias, devia englobar freguesias e municípios.

Em face disso, a posição que Vila Franca de Xira já tomou é que considerava que todas as suas 11 freguesias são importantes e devem permanecer assim.

A comissão técnica irá tomar depois uma posição.

**Quando se fazem contas percebe-se, de forma clara, que a expressão da dívida das autarquias é muito reduzida face à dívida do país**

**Metrópolis - Em que situação se encontra o projeto Cidade Saudável de Vila Franca de Xira? Quais têm sido os seus principais constrangimentos e sucessos?**

**Maria da Luz Rosinha** - Eu considero esta ideia de urbe, não um projeto de uma cidade saudável, mas sim a de um município sustentável. Neste contexto, temos efetivamente introduzido um conjunto de medidas que se têm revelado muito proveitosas.

A questão da sustentabilidade, iniciada no mandato atual, é o grande desafio do próximo ciclo. É fundamental, porque estamos num momento de mudança, em que o mundo ou inverte o caminho que seguiu até agora, ou corre riscos em relação à natureza e sustentação do género humano.

A sustentabilidade teve recentemente mais visibilidade durante a Cimeira Rio +20, quando os dirigentes mundiais se reuniram no Rio de Janeiro para debater o projeto do ambiente que tinha sido discutido há mais de duas décadas, no mesmo sítio, sem a repercussão, na prática, que as decisões aí tomadas obrigavam. Alguns países, inclusive os Estados Unidos, ficaram de fora desse acordo.

Hoje, passadas duas décadas, sabe-se que já não é um desafio e sim uma necessidade para a sobrevivência da humanidade. Nesse qua-



## Não deve haver medo de reconhecer que determinada medida não teve os melhores efeitos

dro, a sustentabilidade transversal, não de uma cidade e de um concelho, mas sim de um país e do mundo, é obrigatória.

Nesse sentido tem havido grandes investimentos a todos os níveis e também uma grande predisposição para a criação de instrumentos regulamentares para o desenvolvimento de ações. Em Vila Franca de Xira, e porque é fundamental respeitá-lo, o ambiente assume grande preponderância.

É necessário criar medidas que permitam garantir, no futuro, a qualidade do ambiente e da água potável, que é referida, com frequência, como bem escasso, principalmente em determinadas zonas do planeta.

Em Vila Franca de Xira temos já feito grandes mudanças na nossa atitude quotidiana. Que vão desde o aproveitamento dos meios naturais para a rega e limpeza de equipamentos, ao reaproveitamento da água das piscinas e introdução de sistemas de monitorização dos consumos para controlar perdas. Constituem um conjunto de ações que se traduzem, clara e rapidamente, em vantagens.

**Metrópolis - E em termos de fornecimento? Sabe-se que há grandes perdas de água nas redes, que vão a mais de 40% entre a captação e o consumidor final.**

**Maria da Luz Rosinha** - Nós estamos abaixo desses níveis. No entanto, os valores oscilam de vez em quando. O ideal seria alcançar perdas na ordem dos 20%, o que será suportável para as condições atuais.

No entanto, é preciso referir que, nas perdas de água, não são contabilizados os resultantes de ausência de informação sobre água gasta nas regas ou utilizada pelos bombeiros. Em zonas onde não há outras respostas, eles também se abastecem de água nas piscinas, porque isso representa uma poupança clara. Mas têm alguma dificuldade em se servir da água do rio, que está próximo, apesar dos meios aéreos o fazerem para apagar os incêndios.

**Metrópolis - 2012 é o ano internacional de energia sustentável. O que é que tem sido feito pela autarquia para a promoção de um uso mais sustentável da energia, pelos cidadãos, empresas e pela própria edilidade, nomeadamente no que diz respeito à implementação de medidas de eficiência energética?**

**Maria da Luz Rosinha** - Nós temos, em Vila Franca de Xira, o primeiro projeto de gestão de energia por comunicação PLC (*Power Line Carrier*). São luminárias mais eficientes, com balastos eletrónicos reguláveis que reagem à luminosidade do dia.

O investimento é caro, mas mais rentável que a iluminação tradicional com o correr do tempo. Por isso estamos a introduzir este sistema em todas as requalificações que fazemos do espaço público.

Mas seria importante termos, como parceiros, as entidades que nos abastecem de energia. Isso ainda não é possível, porque estas em-



presas não estão muito disponíveis para investir, seja para conter custos ou apenas porque consumos não são com eles e sim com os clientes, dizem-nos.

No entanto, quando clientes como Vila Franca de Xira apresentam projetos já elaborados, eles acompanham-nos.

Por outro lado, integramos a comunidade Led Energia Viva em Portugal. Isso levou à introdução de lâmpadas *led*, que permitem uma poupança energética na ordem dos 3500 kW, que correspondem a 1,5 toneladas de emissões de CO2 poupadas anualmente. Esta é uma porta de entrada para a poupança energética onde já estamos. Para além disso, como já referi, sempre que fazemos intervenções no espaço público introduzimos novas luminárias que poupam energia.

**Metrópoles - Como vê o futuro das grandes áreas metropolitanas, numa altura em que parece não haver grande entusiasmo político pela sua legitimação pelo voto direto?**

**Maria da Luz Rosinha** - Numa reunião da Junta Metropolitana de Lisboa (JML) tive a oportunidade de dizer e ficou gravado o seguinte: Esta é uma oportunidade. Se não a aproveitarmos, iremos andar mais quatro anos na mesma letargia.

Nós somos uma ficção que não tem, no meu entender, o respeito que nos é devido. Eu já fui presidente da JML e sei como é tudo isto por dentro.

Nós representamos a maior área metropolitana do país. É certo que não nos podemos comparar com as áreas metropolitanas de Paris ou Madrid, mas pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) passam diariamente três milhões de pessoas. É um valor muito significativo, num país de 10 milhões de cidadãos.

**É necessário criar medidas que permitam garantir, no futuro, a qualidade do ambiente e da água potável**

**É preciso uma visão integrada de área metropolitana legitimada pelo voto**

É aqui que se concentra o maior índice de trabalho, mas também as maiores necessidades sociais. Por isso é obrigatório olhar para estas realidades e atribuir-lhes um estatuto legítimo, recolhido através do voto para que a AML possa desempenhar as suas funções. Também porque a este nível os problemas locais assumem dimensão regional. Quando estamos a falar, por exemplo de transportes, não estamos a referir-nos aos de Vila Franca de Xira. As pessoas do concelho têm de se deslocar diariamente a Lisboa, a Sintra, à outra margem. E as da outra margem vêm para Vila Franca de Xira, Lisboa, Sintra.

O que quero dizer com isto é que é necessária uma entidade que faça a articulação da grande Área Metropolitana de Lisboa, e realize, de forma concreta, aquilo que só existe no papel. Poderá potenciar o encontro de soluções conjuntas, ou seja, melhores soluções.

Uma coisa tão pequena, como foi a criação da central de compras da AML, é um bom exemplo dos ganhos e vantagens de uma gestão de outra natureza deste espaço territorial e das suas pessoas e organizações. Lembro-me, em 2003, era o atual ministro, Miguel Relvas, secretário de Estado e ministro o atual presidente da Câmara de Oeiras, Isaltino Morais, quando saíram as Leis 10 e 11/2003. Conferiam às áreas metropolitanas um conjunto de competências próprias, que seriam importantíssimas, mas que nunca foi possível pôr em prática. Isto porque a AML não tinha a legitimidade que deveria ter.

Na JML nós somos 18 parceiros, cada um a pugnar pelo espaço de que é responsável, não conseguindo construir hoje coisas em conjunto que seriam muito importantes para o futuro da região. Por isso é necessária a criação de uma área metropolitana que seja sustentável, articule as suas necessidades e soluções e possa dar uma resposta a todos os que aqui vivem e trabalham muito melhor do que a que têm nos dias de hoje.



# CONFERÊNCIA INTERNACIONAL GOVERNÂNCIA E SUSTENTABILIDADE METROPOLITANA

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) promoveu no início deste ano, em conjunto com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT – UNL), uma conferência internacional que decorreu sob o tema “Governância e Sustentabilidade Metropolitana: Desafios, Ambições e Perspetivas”.

O evento, integrado nas comemorações do 20º aniversário da criação das áreas metropolitanas, decorreu no Auditório da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa – Campus de Campolide.

Durante a sessão de abertura, o reitor da Universidade Nova de Lisboa, António Rendas, salientou a importância deste tipo de conferências para o debate de ideias. E este é de particular importância numa altura em que há necessidade de criar novos modelos de governância metropolitana, tal como referiu o presidente da Assembleia Metropolitana, João Serrano.

Os desafios a enfrentar são vários e terão que ser resolvidos na próxima década. Pelo menos é essa a convicção do secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Paulo Júlio, que salientou a necessidade de se trabalhar nesse sentido com base numa rede onde se incluem os municípios das áreas metropolitanas, universidades, empresas e outras instituições.

Vincou também a necessidade de todos os envolvidos exporem os seus problemas, pois só com base numa visão global desta proble-

mática se podem implementar reformas. Ou seja, o conhecimento é essencial, para que os modelos de governância e sustentabilidade dos territórios se aproximem mais da realidade atual, não só para garantir que as necessidades são satisfeitas de forma equilibrada e correta, mas também para que se tornem mais fortes e competitivos. Tal como salientou o reitor da UNL, “o grande desafio atual é passar das competências individuais às das instituições, pois só seremos competitivos se elas forem fortes”.

No 1º painel da conferência, o Prof. João Farinha (FCT-UNL) apresentou contributos para a sustentabilidade da Área Metropolitana de Lisboa, cabendo aos municípios de Almada, Cascais, Lisboa e Oeiras, apresentarem exemplos de projetos locais de sustentabilidade, todos no âmbito da Agenda 21. A multiplicidade de abordagens foi uma das riquezas do encontro, realçadas por Catarina Freitas, diretora do Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável do Município de Almada, até porque a governância e sustentabilidade são processos experimentais em que os desafios ainda estão a crescer. Pelo menos é esta a convicção de Cristina Garret, do Gabinete de Desenvolvimento Municipal de Oeiras.

Foi também dado a conhecer, por Sofia Cid, secretária geral da AML, e pelo Prof. José Carlos Ferreira (FCT-UNL) o Centro para a Sustentabilidade Metropolitana (CSM), projeto desenvolvido em parceria com



o Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. O docente salientou que este centro serve de interface de comunicação e trabalho entre as autarquias da AML e contribui para criar um espírito mais metropolitano e menos local. Destacou ainda que todo o trabalho que está a ser realizado visa criar uma estratégia metropolitana para a sustentabilidade.

O 1º painel encerrou com a apresentação do diretor da Agência de Ecologia de Barcelona, Salvador Rueda, que explicou como se realizam os fluxos energéticos e de materiais dispersos pela cidade, abordando as respetivas consequências em termos de desperdícios. Este responsável apontou as soluções já implementadas na capital da Catalunha, entre as quais a da atual reciclagem de 40% dos resíduos que produz.

Por outro lado, explicou os modelos de circulação de tráfego que estão a ser propostos. Trata-se de uma malha ortogonal de circulação, acessível em poucos minutos a pé em qualquer ponto da cidade metropolitana, que permitirá aumentar a frequência de passagem de autocarros de 14 para 4 minutos. Por outro lado, o espaço entre os corredores de circulação de trânsito serão libertados para vias pedonais, que deixará, livres de trânsito, cerca de 7,5 milhões de metros quadrados de cidade.

No 2º painel, que se debruçou sobre os desafios e constrangimentos das áreas metropolitanas, Mário Vale, docente do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa (IGOT – UL), referiu que ainda há uma agenda longa por concluir, apesar de haver hoje um quadro económico que favorece as interligações entre os diferentes espaços urbanos. Neste processo, os municípios foram aprendendo a colaborar uns com os outros e hoje as áreas metropolitanas são centros de cooperação em larga escala. Por isso, Ricardo Luz (Gestluz Consultores) defende que as áreas metropolitanas têm de ter recursos e autonomia para cumprir responsabilidades, o que não acontece hoje, por exemplo, “com a Área Metropolitana do Porto, que tem recursos muito inferiores a juntas de freguesia.”

A lei dá atribuições às áreas metropolitanas, mas não as competências e meios necessários para as cumprir. A mudança deste estado de coisas tem sido a luta de todos os presidentes da Junta Metropolitana de Lisboa, como salientou, durante a conferência, Carlos Humberto de Carvalho o atual detentor do cargo. Defendeu também a necessidade de se transferirem competências das administrações, central e local, para o patamar da administração regional, salientando que as associações de municípios e as empresas intermunicipais são bons exemplos do que se pode fazer nesse sentido. Mas para isso é preciso

que haja uma verdadeira regionalização. “Já há ideias confluentes entre os municípios da Junta Metropolitana de Lisboa e da Junta Metropolitana do Porto (JMP). Só falta ganhar a vontade do governo nesse sentido”, disse Carlos Humberto de Carvalho.

Afinal, Portugal é um dos poucos países do mundo onde não há patamar de poder entre o presidente da câmara e o ministro da tutela. “Aparentemente, não há problemas metropolitanos para resolver, o que não é verdade”, diz o vice-presidente da Junta Metropolitana do Porto, Manuel Castro de Almeida.

A JMP aprovou recentemente as principais conclusões dos estudos encomendados à Faculdade de Economia do Porto (FEP) e à empresa espanhola Goberna, sobre as competências que, no futuro, poderão vir a ser atribuídas às áreas metropolitanas no contexto de uma profunda reforma política e administrativa do Estado.





O estudo servirá de documento-base à proposta concreta a enviar ao ministro Miguel Relvas e é a resposta ao «desafio» que este membro do governo lançou às juntas metropolitanas do Porto e Lisboa em relação a esta matéria no final do ano passado. Nele pode-se constatar que Portugal é o único país da Europa ocidental com apenas dois níveis de decisão: as autarquias e o governo central e que os países mais pobres, os do sul, são os mais centralizados.

A nível de competências que poderão ser transferidas para a esfera metropolitana, a FEP identificou seis áreas de intervenção: Desenvolvimento Económico (competitividade e inovação, promoção turística e energia); Mobilidade, Ordenamento do Território e Ambiente (transportes, habitação, urbanismo, equipamento coletivos e abastecimento de água); Emprego e Solidariedade Social (habitação social); Educação (ensino básico e secundário); Cultura, Desporto e Lazer (pavilhões polidesportivos, teatros, etc.) e Proteção Civil. Segundo o estudo, esta reforma «gradual e faseada no tempo» representaria, num primeiro momento, uma poupança anual da ordem dos 125 a 180 milhões de euros, considerando apenas as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Ou seja, a introdução de regiões, a funcionar de forma efetiva, vai permitir fazer mais e melhor com menos recursos. Mas será difícil que isto aconteça sem autarcas eleitos.

Como é evidente, é necessária uma visão global do tema, que envolva o estudo de processos semelhantes que falharam e casos de sucesso. É necessário entender as razões que levaram ao insucesso, para encontrar soluções e estudar as que tiveram êxito para achar os caminhos corretos. Tal como refere João Ferrão, investigador do

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS – UL), há pontos críticos, como o da distribuição dos custos e benefícios, que é necessário ponderar. Se esta não for feita através de processos fáceis e transparentes, poderá gerar conflitos. Ou seja, “nenhuma reorganização de poder poderá ser feita sem uma reforma fiscal”, defende João Ferrão.

O 25 de Abril introduziu alterações no poder autárquico e mudou o relacionamento entre o poder central e a população. A estrutura atual, federativa, tem tido sempre o problema de falta de competências e meios para os organismos regionais. Mas uma junta metropolitana legitimada pelo voto, com competências e recursos para poder fazer o seu trabalho, será mais autêntica e eficaz. Afinal, “a regionalização é um alargamento da democracia que não é contraditório com a eficácia”, defende Ruben de Carvalho, vereador da Câmara de Lisboa.

Apesar de ser muito difícil descentralizar quando se está no governo, como comentou Manuel Castro de Almeida, é algo que tem de ser feito com a força dos argumentos dos autarcas e “é a atual geração que tem de deixar o problema resolvido”, defende. Já há 34 municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto unidos nesse sentido. Há um consenso, mas também um caminho que tem de ser percorrido. Para ser feito, “há que trabalhar em conjunto e de comum acordo com o governo”, disse ainda Carlos Humberto de Carvalho.



## CONFERÊNCIA DOS 20 ANOS DAS ÁREAS METROPOLITANAS

### PAINÉIS E ORADORES

#### ABERTURA

- Carlos Humberto de Carvalho - Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa
- António Rendas - Reitor da Universidade Nova de Lisboa
- João Serrano - Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa
- Paulo Júlio - Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local

#### 1º PAINEL – SUSTENTABILIDADE NA AML

*Moderadora - Lia Vasconcelos, Docente da FCT-UNL*

##### A21, Contributos para a Sustentabilidade na Área Metropolitana de Lisboa

- João Farinha - Presidente do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (DCEA-FCT-UNL)

##### O processo de Agenda 21 na construção da estratégia local de desenvolvimento de Almada

- Catarina Freitas - Diretora de Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável Município de Almada

##### Agenda Cascais 21 - Desenvolvimento Sustentável

- Paula Cabral - Diretora de Departamento de Requalificação Urbana e Agenda Cascais 21, Município de Cascais

#### 1º PAINEL – SUSTENTABILIDADE NA AML (CONTINUAÇÃO)

*Moderador: João Seixas, Docente do ICS*

##### Oeiras 21+ O segundo ciclo da Agenda 21 Local de Oeiras

- Cristina Garrett - Gabinete de Desenvolvimento Municipal, Município de Oeiras

##### Agenda 21 Local Lisboa - As necessidades do presente ao serviço das gerações futuras

- Valter Ferreira - Chefe de Divisão de Inovação Organizacional e Participação

##### Centro para a Sustentabilidade Metropolitana - CSM

- Sofia Cid e José Carlos Ferreira - Secretária-Geral da AML, Docente da FCT-UNL

##### Los Desafíos de las grandes áreas urbanas en la perspectiva de la ecología urbana - Ejemplos en Barcelona

- Salvador Rueda - Diretor da Agência d'Ecologia Urbana de Barcelona

#### 2º PAINEL – DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS DAS ÁREAS METROPOLITANAS

*Moderadora: Margarida Pereira, Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL*

##### As Áreas Metropolitanas no contexto do PNPOT

- José Manuel Simões, Professor Catedrático do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT - UL)

##### Desafios para a governança das regiões funcionais e políticas para a sustentabilidade metropolitana

- Mário Vale - Docente do IGOT – UL

##### Áreas Metropolitanas agentes políticos de desenvolvimento?

- Ricardo Luz - Partner da Gestluz Consultores

##### Retos y limitaciones de las Áreas Metropolitanas. Principios-Dimension Metropolitana. Caso práctico – Madrid/Toledo

- Alberto Leboeiro Amaro - Vice-Presidente da METREX - The Network of European Metropolitan Regions and Areas


##### Mesa Redonda – Que Modelos para as áreas metropolitanas?

*Moderador: Pedro Rainho - Jornalista*

- Carlos Humberto de Carvalho - Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa
- Manuel Castro de Almeida - Vice-Presidente da Junta Metropolitana do Porto
- João Ferrão - Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Ruben de Carvalho - Vereador da Câmara Municipal de Lisboa

#### ENCERRAMENTO

- Graça Martinho - Subdiretora da FCT-UNL
- Carlos Teixeira - Vice-Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa
- Fernando Seara - Membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses

An aerial photograph of a rural landscape. In the foreground, a river flows through a lush green forest. To the left, there are several agricultural fields, some with crops like corn. A dirt road runs through the fields. In the background, a town with red-roofed buildings is visible on a hillside. The overall scene is a mix of natural and agricultural elements.

**POSTA EM MARCHA**  
**A REORGANIZAÇÃO**  
**ADMINISTRATIVA**  
TERRITORIAL  
AUTÁRQUICA

Publicada a Lei nº 22/2012, foi dado o passo seguinte na Reforma anunciada pelo Documento Verde, e que tínhamos tratado, pelo lado da contenção da despesa pública, na última edição da **Metrópoles**. A avaliar pelas primeiras reações, este é talvez ainda mais polémico, porque toca no território das autarquias e define os parâmetros quantitativos da sua reorganização, repartindo os municípios por três níveis, em função do número de habitantes e da sua densidade populacional.

Os primeiros artigos da Lei consagram a obrigatoriedade da reorganização administrativa para o território das freguesias, enquanto se referem à dos municípios em termos de “incentivo” ou “estímulo”. Os três níveis de habitantes e densidade populacional por que se repartem os municípios têm em vista, precisamente, a grelha que vai gerar a agregação de freguesias.

Como seria de esperar, a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) respondeu prontamente a este projeto, que definiu como visando apenas, afinal, a extinção de freguesias, embora maquilhando-se de outras denominações. A ANAFRE chamou a atenção para o seu real peso na despesa pública, “irrelevante perante o todo nacional”, dado que “as freguesias participam somente em 0,10% do Orçamento do Estado”, sublinhando que “não são responsáveis por qualquer endividamento público”.

Na sua sessão ordinária de 27 de abril, a Assembleia Metropolitana de Lisboa debateu uma moção apresentada pelo Grupo do Bloco de Esquerda, que levanta a questão da eventual inconstitucionalidade de se reservar às assembleias municipais o poder de deliberar sobre a reorganização do território das freguesias, citando da *Constituição Portuguesa Anotada*, entre outros constitucionalistas, Jorge Miranda: “Nem os conce- lhos são simples agregados de freguesias,

nem as regiões administrativas são simples agregados de municípios.”

Também a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) se pronunciou sobre esta matéria, sublinhando que “as autarquias locais, designadamente as freguesias, assumem um papel interventivo e de proximidade às populações, sem paralelo, intervindo diariamente junto delas, sendo porta-voz das suas preocupações, desejos e insatisfações”. Sobre o processo de desertificação, o Conselho Diretivo da ANMP afirma: “Tal desertificação deve-se, em larga escala, a medidas avulsas que criaram condições para o último passo de abandono de vários espaços territoriais, uma vez que ninguém pretende viver em locais onde, quase em simultâneo, encerram o serviço de urgências, o serviço de atendimento permanente, onde deixa de haver escola, onde fecha o posto da GNR, onde desaparece o Tribunal, onde encerra a linha de caminho de ferro e onde desaparecem os autocarros de transportes públicos.”

Tanto a ANAFRE como a ANMP se batem pelo princípio de que a Reforma da Administração Local tem de se basear na consulta das populações, ser amplamente participada e respeitar a vontade expressa dos cidadãos, muito para além de critérios quantitativos que acabam por ter um efeito de círculo vicioso.

A Junta Metropolitana de Lisboa, que em outubro do ano passado aprovara por unanimidade um primeiro texto de reflexão sobre o Documento Verde, aprovou também por unanimidade, na sua reunião de 17 de novembro, a Proposta sobre um Novo Modelo de Governação, na qual é reiterada, uma vez mais, a necessidade de “uma nova instância política de âmbito metropolitano, dotada de legitimidade própria, ou seja, eleita por sufrágio direto e universal”. É descrito, no texto, o “quadro de competências próprias” que lhe caberia. No dia seguinte, 18 de novembro, os

presidentes membros da JML reuniram com o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, e com o secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, Paulo Júlio, para debater estas matérias.

Em 15 de março do corrente ano, e tendo já conhecimento da Proposta que esteve na origem da Lei nº 22/2012, a JML aprovou por maioria um texto que rejeita a referida Proposta e os critérios seguidos para a fusão/extinção de freguesias. Nele se afirma:

“As freguesias, em particular, detêm uma forte intervenção nas áreas social e cívica, com contributos visíveis para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para a coesão territorial, especialmente em conjunturas económicas menos favoráveis, como a que vivemos atualmente. A diminuição da despesa fruto da redução de freguesias é irrisória, como já foi, aliás, publicamente assumido pelo Governo, pelo que não se traduz em ganhos para o erário público.”

Na sua reunião de 25 de maio, também a Assembleia Metropolitana de Lisboa aprovou por unanimidade uma nova proposta que reitera afirmações anteriores em defesa de uma definição das áreas metropolitanas que “deve ter como ponto de partida a eleição direta destas autarquias metropolitanas; as áreas metropolitanas devem ser dotadas de um quadro claro de atribuições/competências próprias de cariz metropolitano, e que não correspondam apenas a uma tentativa de transferência de competências municipais”.

O presente Destaque temático faz a atualização deste debate com vários interlocutores, seguindo o modelo da anterior edição da **Metrópoles**, que aqui deixa registado o seu agradecimento a todos pela disponibilidade manifestada. Até ao fecho da edição não nos foi possível recolher os depoimentos solicitados à ANMP e à Câmara Municipal de Cascais.

# O modelo de governação das áreas metropolitanas tem de evoluir, mas não para eleições diretas

*Paulo Simões Júlio*

*Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa*



**Metrópoles** - Como se pode fazer a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica em tempo de crise, com os constrangimentos impostos do exterior e com a oposição das instâncias visadas - os municípios, as freguesias e as duas áreas metropolitanas?

**Paulo Simões Júlio** - Há sempre resistência à mudança. Nós somos todos a favor da mudança desde que não seja connosco. A Reforma da Administração Local não é só o território e, apesar das críticas, todos vão dizer que é necessária; depois vão aparando aqui ou acolá, vão observando alguns pontos, e isso é normal.

Nós quisémos abrir um amplo debate público à volta da Administração Local. Fizémo-lo até seguindo uma metodologia pouco utilizada na política portuguesa, que foi produzir um documento de princípios, o Documento Verde, que serviu de base a todo esse debate e portanto, também, a toda a espécie de críticas. Não temos nenhum problema com as críticas. O objetivo do documento foi amplamente conseguido, mesmo com aqueles que são contra: abriu a discussão pública à volta da Administração Local.

É preciso percebermos duas coisas. Uma delas é a inevitabilidade: há menos recursos. Por outro lado, o endividamento tem aumentado nas administrações públicas, vai ter que diminuir, e não é só durante o período de assistência a Portugal; vai ter que diminuir para que tenhamos mais sustentabilidade. Ora, com menos recursos e a obrigação de diminuir o endividamento, se queremos que o nível de serviço público não só não se degrade como comece a priorizar determinados desafios que têm a ver com a competitividade dos territórios e das cidades, só há uma forma, que é mudar o modelo de gestão.

O racional da Reforma é mudar o modelo de gestão, com os atores, e isso procurámos sempre fazer, colocando os nossos pontos de vista e ouvindo os pontos de vista dos outros. Agora, evidentemente, nunca deixando para as calendas a decisão.

Porque também é verdade que algumas destas ações porventura deveriam ter sido iniciadas há alguns anos, algumas delas até já podiam estar concluídas, mas não estão. Isto para responder completamente à sua questão.

**Metrópoles - Podemos falar da Lei nº 22/2012, que aprova o regime jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica?**

**Paulo Simões Júlio** - Essa é a Reorganização Administrativa do Território. Que não é a Reforma, é uma parte. Nós temos que entender a Reforma como um conjunto de peças, e até podemos pegar numa delas e dar-lhe um destaque, mas aquela peça faz parte de um corpo que, esse sim, tem uma função. Esta Reforma não é só do território. Há a reorganização administrativa territorial e há a que tem a ver, sobretudo, com todo o sector empresarial local, a nível intermunicipal e mesmo até participações locais em empresas. Depois, as organizações municipais, que seria o plano de reestruturação da Administração Local no que concerne a dirigentes (o equivalente ao PREMAC da Administração Central), e isso tudo são leis que estão apro-

vadas na Assembleia da República. Depois ainda, a democracia local, que tem a ver com a Lei Eleitoral Autárquica, que necessita de dois terços do Parlamento, e ainda a Proposta de Lei das Competências, a última etapa desta Reforma, que tem a ver com o nível intermunicipal. Se cruzarmos isto tudo, estamos a falar de uma Reforma com vários atos legislativos, sendo que esse da Reorganização Administrativa do Território é aquele que foi mais mediatizado, por razões óbvias.

**Metrópoles - O Artigo 1º da Lei nº 22/2012 consagra a “obrigatoriedade” desta reorganização para o território das freguesias, enquanto a “regula e incentiva” para o dos municípios. Qual a razão desta diferença e desta imposição, cujo “critério quantitativo” é contestado, entre outras instâncias, pela Associação Nacional de Freguesias?**

**Paulo Simões Júlio** - Porque nós temos 4.259 juntas de freguesia e 308 municípios, desde logo. E se formos ver, todos concordam, até a ANAFRE; e o ideal seria que cada município fizesse a sua reorganização administrativa e a própria proposta. Esta é uma Lei que estimula a pronúncia dos órgãos autárquicos; não é uma Lei de reorganização, é uma Lei de pronúncia para a reorganização administrativa. Cabe agora, em cada município, à assembleia municipal e às de freguesia discutirem e reorganizarem o seu território. Esse foi o princípio para as juntas de freguesia, porque são muitas. Hoje, atendendo às necessidades territoriais, faz sentido fazer essa reorganização, porque a presente organização territorial tem 150 anos.

Não é para nenhuma perda de serviço público. O facto de se agregarem dois órgãos autárquicos não indica que o edifício da junta de freguesia atual, onde há serviços de apoio ao cidadão, feche. O edifício não fecha, estamos a falar de gestão autárquica, e aí agrega. No resto, o serviço público é inclusivamente para melhorar, porque vão ter a possibilidade de ter mais orçamentos, porque se libertam verbas para investimento nas pessoas, e porque a gestão pode ter



uma outra escala, que pode também trazer melhoria.

Quanto à questão dos municípios: Portugal tem 308 municípios. Se fizer o comparativo, em média, com a Bélgica, com a Holanda (não falo dos 8.000 municípios de Espanha, ou das dezenas de milhares de França, ou dos 8.000 de Itália, falo de países que já fizeram reorganizações territoriais nas últimas décadas), Portugal fica bem abaixo da média europeia de número de municípios, seja por habitante, seja por área. Portanto, o problema dos municípios em Portugal, ainda que possam ser menos, não é o número; aliás, eu acho que se nos preocupássemos só com o número e não abordássemos de forma profunda alguns outros problemas relacionados com a gestão, íamos resolver um lado da questão. Na espuma do dia, até podíamos ficar mais bem vistos, mas não íamos resolver o âmago da questão, que tem a ver com o modelo de gestão.

Por isso é que a Reforma tem nova regulação para as empresas municipais, um novo entendimento de organizações de dirigentes, mais cooperação entre municípios. Não faz sentido que estes continuem individualizados na sua forma de atuar; por exemplo, nos pelouros de mais rápido apoio administrativo há um conjunto de competências que podem ser partilhadas a nível intermunicipal e libertar recursos para que os municípios possam fazer o que têm a fazer e sobretudo focar-se nos desafios da competitividade - insisto neste ponto - que tem a ver com a fixação e a qualidade de vida das pessoas que lá estão, onde quer que seja.

E os problemas da Área Metropolitana de Lisboa (AML) são bem diferentes dos problemas do território em Trás-os-Montes ou no interior Norte e Centro. Faz algum sentido que na AML não se pense a área do ambiente, ou a dos transportes, ou a do turismo, ou a atração de investidores, ou o desenvolvimento económico, de forma comum?

É a Proposta de Lei das Competências que vai estimular essa cooperação entre municípios, seja ao nível da área metropolitana, seja ao das pequenas comunidades intermunicipais espalhadas por todo o território. Se não fizermos isto, vamos continuar a ter os mesmos problemas - que é a perda demográfica nos territórios do interior, e aqui, nas áreas metropolitanas, sobretudo perda de qualidade de vida. Isto é possível, e eu entendo que os presidentes de câmara têm essas ideias amadurecidas; agora precisamos de uma regulação que permita que as ideias passem à ação.

**Metrópoles - O projeto que está a definir coincide com a reivindicação tradicional das áreas metropolitanas, que é o de se caminhar para verdadeiras autarquias metropolitanas, dotadas de legitimidade democrática, com eleições diretas?**

**Paulo Simões Júlio -** Está a falar do modelo de governação. Este modelo tem que mudar, estou de acordo. Não faz sentido que o órgão executivo da área metropolitana seja formado

por todos os seus presidentes de câmara, que depois não têm tempo para tratar, de forma comum, aqueles vários eixos de que falámos, e que são estratégicos para a área metropolitana. E isso é uma questão de prioridade.

O modelo de governação tem de evoluir, mas não para a eleição direta. Há formas de evoluir, formas de olharmos para o órgão executivo da área metropolitana e o órgão Intermunicipal, ou a assembleia metropolitana, e melhorar a forma de atuação e de legitimidade política, sem termos de ir para a eleição direta, porque não é isso que está no nosso horizonte. Não queremos dar esse passo, porque isso cruza com outros passos, nomeadamente com a questão da regionalização. E para sermos coerentes do ponto de vista político, sempre dissémos que a regionalização é um outro tema, não é um tema da Administração Local, é um tema do desenvolvimento regional.

Mas, ainda que se possam cruzar, o que sempre dissémos foi que esta Reforma da Administração Local não prejudica nem adianta a regionalização. Quando um dia - enfim, acho que será um dia em que devemos todos discutir isso livremente e não condicionados - a questão da regionalização for discutida, então discutir-se-á eleições diretas a outros níveis, e se decidirá se sim e se não.

Nesta Reforma da Administração Local, as áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais são importantes, o modelo de governação vai ser mudado, estamos a discuti-lo com a ANMP e vamos discuti-lo, naturalmente, com quem de direito, mas não é para ir para eleição direta.

**Metrópoles - Por esse lado, da eleição direta, não se pode falar de aproximação de posições entre a doutrina do Governo e a reivindicação das juntas metropolitanas?**

**Paulo Simões Júlio -** Claro que há aproximação de posições. Eu costumo dizer que aqui não há doutrinas, não há nós, não há eles, há identificação de problemas - essa parte nós sempre fazemos bem em Portugal. Depois, além da identificação dos problemas,

vamos tentar identificar soluções que sejam possíveis de ser aplicadas, para resolverem os problemas identificados. E isso é que se pretende fazer.

**Metrópoles - Um estudo recente, elaborado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto para a respetiva junta metropolitana, aponta outros modos para uma melhor gestão das áreas metropolitanas. Se o objetivo é racionalizar recursos, não estarão a ser seguidos caminhos errados?**

**Paulo Simões Júlio -** O estudo encomendado pela Junta Metropolitana do Porto à Faculdade de Economia decorre de reuniões entre o Governo e a junta; o Governo estimulou, como estimulou também a JML, para que houvesse esta reflexão sobre o modelo de gestão das áreas metropolitanas.

Já falámos de outra coisa essencial a esse processo, que é a descentralização do Estado. Há um conjunto de competências que claramente podem ser administradas, em vez de ser pelo Estado Central, por uma Comunidade Intermunicipal ou área metropolitana. O estudo do Porto tem essa vertente da descentralização; e vale para o Porto, como vale para Lisboa e, insisto, vale para toda a parte do território. Também aqui o Governo quer assumir, no âmbito da Reforma da Administração Local, o eixo da descentralização, sendo certo que não é algo que se faça de uma vez.

Sobre a Lei dos Compromissos, importa dizer que vai obrigar a mudança na forma de gerir a coisa pública. E esta Lei não é só para as autarquias, é para toda a Administração Pública. Pode-se discutir um ou outro detalhe, mas a Lei dos Compromissos basicamente assenta no princípio de que só se pode gastar o que se tem, e isso é indiscutível onde quer que estejamos, nos diversos níveis da Administração.

Claro que neste processo de adaptação é normal que surjam algumas dificuldades, mas tenho verificado da parte dos autarcas uma vontade inequívoca de cumprir este princípio de que a partir de agora se vai projetar a des-





pesa em função da receita, para não permitir aumentar o endividamento, mas pelo contrário. Para diminuir o endividamento, é necessário que esse projeto de despesa seja feito em função da previsão da receita. Esse é o princípio da Lei dos Compromissos.

Nas questões que têm a ver com o IMI, o acordo que foi feito entre o Governo e a ANMP foi bom para ambas as partes. Acho que é um bom acordo para os municípios, porque o IMI é uma receita municipal e todo o produto da reavaliação dos imóveis fica do lado dos municípios, naturalmente com a obrigação de diminuir o défice, o passivo municipal. Não é para fazer mais investimento; é para consolidação orçamental dos municípios, sendo certo que esta consolida também, por sua vez, as contas públicas nacionais.

Depois houve alguma polémica relativamente à retenção dos 5% para as despesas da reavaliação dos imóveis: mas eu diria que é justo que quem vai receber o produto da reavaliação pague os custos da reavaliação. Pode-se

aqui discutir o *timing* de anúncio da retenção; é realmente discutível mas, na verdade, esse pressuposto estava numa Lei de 2003 - repare, não é numa Lei de 2011 ou 2010.

Isso são as tensões mais ou menos normais entre as administrações central e local. Acho que, no todo, o acordo com os municípios é importante, e repare que a ANMP negociou com as suas várias forças partidárias. Não é um acordo de facção, é um acordo em que estiveram presentes, nas dezenas de horas de reuniões, presidentes de câmara de todas as forças partidárias, e onde se chegou a uma resolução que, porque é uma negociação, tem cedências de todas as partes. É um acordo global, e que permite aplicar um programa de apoio à economia local, em que mil milhões de euros (que vão servir para pagamento das dívidas de curto prazo, em atraso, dos municípios) entrem na economia local, que são milhares de empresas espalhadas por todo o País.

Isto tinha que ser feito porque, se não se fi-

zesse, o que inevitavelmente ia acontecer a curto prazo era a quebra de bens essenciais de serviço público nalguns municípios. Depois, porque não há libertação de tesouraria para pagar o suficiente a fornecedores, havia empresas que seriam muito prejudicadas com esse facto. Portanto, este acordo é importante para vários sectores de empresas, importante para os municípios continuarem a ter os seus serviços públicos essenciais em ordem, e sem nenhum tipo de problema junto das suas populações.

É claro que, para que haja acesso a esse programa de apoio, há um conjunto de condições e de controlo que não permitirá que se venha outra vez a aumentar a dívida. Isso é verdade, são condições para que os municípios, na sua análise, façam uma reestruturação sobretudo do lado da despesa, e é essencial fazê-la. Num ou noutro caso, eventualmente, tornar mais eficaz o seu nível de receitas, mas sobretudo do lado da despesa, é onde os municípios têm que trabalhar.

# A nossa diferença com o Governo é que esta reforma devia ser livre e local

Armando Vieira

Presidente da Associação Nacional de Freguesias



**Metrópoles** - Há uma diferença de tratamento entre municípios e freguesias no Artigo 1º da Lei nº 22/2012, que estabelece a “obrigatoriedade” da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica para o território das freguesias, enquanto “regula e incentiva” para o dos municípios. Como entende esta diferença, enquanto Presidente da ANAFRE?

**Armando Vieira** - Do nosso ponto de vista não faz sentido começar-se por aqui, dado que as freguesias: primeiro, não estão endividadas; segundo, não contribuíram, em algum momento, para o descontrolo das finanças públicas e para o défice do Estado; e, muito mais importante, temos um peso no Orçamento do Estado (por exemplo o de 2012) que é de 0,098%.

Desde logo o argumento financeiro cai pela base. As freguesias têm uma relação custo/benefício imbatível. Um “estudo de caso” desenvolvido por uma universidade portuguesa demonstra que a atividade desenvolvida pelas freguesias tem um retorno de investimento de um para quatro, imbatível por qualquer outro nível da Administração Pública em Portugal.

Essa relação assenta na proximidade e ação direta sobre os problemas, numa forma de estar multifacetada e de gestão de recursos escassos. Temos que ser muito criativos na

multiplicação desses recursos, daí sermos frequentemente melhores gestores do que os outros níveis da Administração Pública. Também porque, na esmagadora maioria dos casos, 90% dos eleitos de freguesia exercem a função em regime de voluntariado.

**Metrópoles** - Qual lhe parece que tenha sido o motivo, então? Porque o argumento invocado é que há 308 municípios e mais de 4.000 freguesias, e isto é apresentado como uma coisa que tinha de ser alterada.

**Armando Vieira** - Concordamos que se faça uma Reorganização Administrativa do Território; o que não aceitamos é que ela seja imposta. Estiveram aqui há dias os representantes da *troika*, tivemos uma reunião, e o representante alemão ficou muito surpreendido com o estudo que lhe apresentámos, com uma caracterização do papel das freguesias na sociedade portuguesa e da forma como desenvolvem o seu trabalho, e sabe o que ele me confessou? Ele disse: mas não fomos nós que exigimos esta reforma... O que foi uma agradável surpresa para todos nós. Que conclusão é que tiramos daqui? É que esta reforma foi apresentada voluntariamente pelo Governo português, quando da negociação. Lamentamos que assim seja. Não discordamos de que haja a reforma, como lhe disse, mas a nossa diferença com



### Metrópoles - Qual Governo?

**Armando Vieira** - O segundo Governo do Eng. Sócrates, que negociou o Memorando de Entendimento. Quando negociaram com a *troika* apresentaram esta reforma, situação que José Junqueiro confirmou; o que eu não sabia era que isto não tinha sido imposição da *troika*, e vim a confirmar numa conversa que tivemos, da última vez que aqui estiveram, nesta mesma mesa.

No dossiê do Memorando de Entendimento aparece a agregação de municípios e de freguesias. Não é dito de autarquias, é de municípios e freguesias. O atual Governo, quando toma posse, através do seu ministro Miguel Relvas, entende introduzir uma Lei [e o Documento Verde esteve na base dessa Lei] que obriga a agregar freguesias e deixa livre a agregação ou não de municípios, situação que contestamos, porque entendemos que o modelo não serve e acrescenta tensão na sociedade portuguesa.

Tivemos várias reuniões com o Governo, e os jornalistas perguntavam-nos: os senhores não falam com o Governo? Falar, falámos, muitas vezes, fazemos reuniões, até muito abertas e muito demoradas, só que ninguém nos ouve. Lá reunir nós reunimos, e não falhamos a nenhuma reunião, vamos a todas e suscitamos outras, só que ninguém nos ouve.

### Metrópoles - Não houve uma reunião mais positiva com o Grupo Parlamentar do PSD?

**Armando Vieira** - Essa reunião aconteceu nas vésperas do último Congresso do PSD. Eu sou militante do PSD, mas isso não me inibe de ter posições independentes do meu partido, e de discordar abertamente desta proposta, da forma como está a ser levada por diante. É verdade que houve esta reunião com o Grupo Parlamentar, onde foram dados passos de aproximação à ANAFRE, e reuniões diversas no próprio congresso, em que eu participei ativamente, onde foram dados outros passos de aproximação à defesa daquilo que nós entendemos dever ser a reforma, mas permanece o que nos separa, que é o facto de ser obrigatória a agregação, e ainda por cima feita num tempo recorde, quando estas reformas, para serem absorvidas, refletidas e bem pensadas, precisam de tempo.

o Governo é que ela, a acontecer, deveria ser livre e local, isto é, devia ser o resultado de uma reflexão local, entre os eleitos e as suas populações. Porque cada caso é um caso, e produziu-se uma Lei que pode até ter alguns aspetos positivos, mas não deixará de ser, em muitos casos, injusta, porque as realidades do território nacional são diversas. Logo, não pode ser imposta, da mesma forma que não foi imposta aos municípios.

**Metrópoles -Um documento da ANAFRE declara que essa reflexão e debate já foram iniciados, em 2011, pela própria Associação de Freguesias.**

**Armando Vieira** - Eu até vou um pouco mais atrás. Este debate começou em 2005. O Dr. António Costa, então Ministro da Administração Interna, anunciou, numa reunião do Partido Socialista, no Porto, que ia promover a extinção das freguesias com menos de mil habitantes. Uns dias depois juntámo-nos em Guimarães, no 10 de junho, o Dia de Portugal, tive uma conversa com ele e

informei-o de que estava a ser mal aconselhado, e disse-lhe porquê: se o senhor ministro avança por este lado, vai provocar um terramoto em termos sociais; quando se fala tanto de coesão social e territorial, se for este o modelo de aplicação generalizada ao País, o Distrito de Bragança perderá 93% das suas freguesias; então, se já perdeu a escola, perdeu a unidade de saúde, vai perder a junta de freguesia, que é a única âncora de ligação ao Estado das populações mais isoladas, estamos a provocar um terramoto - e ele percebeu que estava a laborar num erro.

Depois houve uma evolução deste processo, foi constituída uma equipa de trabalho entre a ANAFRE e o Governo. Mais tarde, já com o Secretário de Estado Eduardo Cabrita, e depois com José Junqueiro, nós fomos continuando as conversas sobre um projeto de reforma. Só que entretanto caiu o Governo, ainda houve umas reuniões e o projeto não seguiu. Como estava a falar-se na reforma, o Governo, quando reuniu com a *troika*, entendeu dizer que estava a fazer esta reforma.



Quando do nosso Congresso de Portimão, em 2 e 3 de dezembro passado, suscitámos ao governo um pedido de alargamento do prazo, que não foi concedido. Reunimos com todos os grupos parlamentares, com todos os partidos, com o Sr. Presidente da República e com o Sr. Primeiro-Ministro, com tudo o que eram autoridades ligadas ao processo, e finalmente vimos publicada a Lei. Agora está a decorrer o prazo para que haja aqui uma pronúncia das assembleias de freguesia e das assembleias municipais.

**Metrópoles - Há clima de diálogo suficiente entre a ANAFRE e o Governo, que ainda dê esperança de haver tempo para corrigir o que está mal?**

**Armando Vieira -** Não, esta Lei é imutável. Aqui, penso que já ninguém vai recuar. Cada um, cada patamar assume as suas responsabilidades, as consequências das suas responsabilidades e dos seus atos. Nós assumimos as nossas.

O que posso dizer é que, a nível da direção da ANAFRE, estamos já a debater outras matérias com o Governo, sem prejuízo de que estas venham a ser acompanhadas, porque a verdadeira contestação vai para o terreno do local e aí ainda nem começou, vai começar quando for palpável que a freguesia A, B, ou C, vai ser extinta, e aí é que vai ser a doer, passe a expressão.

Nós estamos abertos ao diálogo. Posso informá-lo de que tomámos a decisão, que já é do conhecimento do Governo, da Senhora Presidente da Assembleia da República e do Senhor Presidente da República, de que não vamos, como estava previsto na Lei, integrar a unidade técnica, que é a unidade que, não havendo propostas das assembleias municipais, vai decidir por elas. O nosso diretivo entendeu que não devíamos integrar essa unidade técnica, o que não deixa de ser um marco nesta reforma, é mais um ato da ANAFRE dizendo que não concordamos com este modelo.

Vai haver situações em que a reforma é aceite com toda a normalidade, situações em que vai haver alguma tensão, e situações onde vai haver muita tensão.



22 junho a 14 setembro  
**CRUZEIROS ENOTURÍSTICOS**

23 agosto a 10 novembro  
**CIRCUITOS ENOTURÍSTICOS**

30 agosto a 4 setembro  
Vila de Palmela  
**FESTA DAS VINDIMAS**

9, 10, 11 novembro | Palmela  
**DIA EUROPEU DO ENOTURISMO / S. MARTINHO**

[www.cm-palmela.pt](http://www.cm-palmela.pt)

 [PalmelaCidadeEuropeiadoVinho2012](https://www.facebook.com/PalmelaCidadeEuropeiadoVinho2012)

### INFORMAÇÕES E RESERVAS

Posto de Turismo de Palmela | Tel.: 212 332 122 | [dtel@cm-palmela.pt](mailto:dtel@cm-palmela.pt)

Rota de Vinhos da Península de Setúbal

Casa Mãe da Rota de Vinhos | Largo de S. João – Palmela | Tel.: 212 334 398 | [info@rotavinhospsetubal.com](mailto:info@rotavinhospsetubal.com)

#### ORGANIZAÇÃO



#### PARCEIROS



#### PATROCÍNIO



#### APOIO



#### APOIO INSTITUCIONAL



# Os parâmetros impostos pela Lei criam no concelho de Loures **freguesias demasiado extensas ou cortadas por barreiras físicas**

*Carlos Teixeira*

*Presidente da Câmara Municipal de Loures*



No passado dia 30 de maio foi publicada a Lei nº22/2012, que estabelece o regime jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. Esta Lei estabelece os objetivos, os princípios e os parâmetros da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, bem como define e enquadra os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo.

É sabido que esta proposta, só na área da grande Lisboa, vai extinguir cerca de 76 freguesias, sendo que, destas, 8 são do Concelho de Loures.

Sob o desiderato da promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local, impõe neste momento o Governo uma Reforma Administrativa Territorial Autárquica que, em nosso entender, apenas promoverá o afastamento das populações do Poder Local.

Senão vejamos, não só a evolução das propostas do Governo para o território de Loures, como o resultado da aplicação deste regime jurídico.

O designado Documento Verde propunha, no caso de Loures – município de nível 1 – que todas as freguesias num raio inferior a 10km de distância da sede do município teriam de ter mais de 5.000 habitantes, e todas as que estivessem a mais de 10km não poderiam ter menos de 3.000 habitantes. Este crité-

rio, puramente aritmético, resultava em 6 freguesias que não cumpriam os critérios e que deveriam ser objeto de fusão.

Esta proposta evoluiu para uma outra com diferentes parâmetros, que veio agora a ser publicada, e que não só abrange a totalidade do território como implica reduções mínimas na ordem das 8 freguesias.

Vejamos então uma comparação entre as duas:

Documento Verde – 6 freguesias não cumprem critérios, 12 freguesias cumprem. Cenário final: redução mínima de 3 freguesias. Lei nº22/2012 – 11 freguesias no parâmetro de redução em 55%, 7 freguesias no parâmetro de redução em 35%. Cenário final: redução de 6 mais 2 freguesias, total de 8.

Se a proposta anterior era meramente aritmética, a do atual regime jurídico é, no mínimo, pouco transparente tornando-se, em nosso entender, muito subjetiva. Tal raciocínio torna-se ainda mais patente quando, no seu Artigo 5º, a Lei nº22/2012 expressa que caberá a cada assembleia municipal fundamentar a não inclusão de uma freguesia num respetivo lugar urbano, ou seja, fundamentar que uma específica freguesia pertence à malha urbana ou não, contando para o parâmetro de agregação dos 55% ou 35%.

As freguesias são um importante pilar do Po-

der Local. É através dos serviços públicos de subsidiariedade que se potencia a proximidade da população à administração pública e aos seus eleitos, como a sua participação na vida ativa das localidades.

No caso de Loures, a aplicar os parâmetros definidos por este regime jurídico, e no caso da Zona Norte, resultaria na criação de freguesias demasiado extensas, promovendo manifestamente o afastamento da população da junta de freguesia, bem como dos seus órgãos executivos da população, diminuindo a sua capacidade de intervenção, ao contrário de aprofundá-la.

Ainda no Zona Norte do Concelho, em caso de agregação, seriam criadas freguesias demasiado extensas para a existência de quaisquer serviços de proximidade à população, sem requerer duplicação ou delegação dos mesmos, inviabilizando o objetivo de ganhos de escala, de eficiência e reforço de atuação.

Já se passarmos para uma análise dos possíveis resultados na Zona Oriental do Concelho, podemos assistir a freguesias que, no seu território, apresentam barreiras físicas difíceis de ultrapassar. São exemplo disto a possível agregação do núcleo de freguesias de Camarate, Prior Velho, Portela, Sacavém e Moscavide, com barreiras como são a A1, o IC2 e os terrenos do Aeroporto de Lisboa, que dificultam um bom serviço público de proximidade. Defendemos que qualquer proposta de reorganização territorial deve ser alicerçada em análises fundamentadas do território, avaliando a cobertura de equipamentos de saúde, educação e segurança ou a garantia de boas acessibilidades rodoviárias e em transportes públicos às novas sedes de freguesia. Por outro lado, parece-nos difícil garantir e salvaguardar as especificidades locais, identidade histórica e cultural, em agregações de comunidades existentes desde o século XII. E não aceitamos que este argumento seja contraposto com a faculdade atribuída no Artigo 9º da Lei nº22/2012 de incluir, na respetiva denominação, a expressão «União das Freguesias», seguida das denominações.

Mais defendemos que mesmo os níveis pelos quais o País foi dividido – três níveis – não são representativos da realidade ter-



ritorial continental. Em nosso entender, as áreas metropolitanas deveriam ser alvo de um nível específico com critérios diferenciados. As áreas metropolitanas são territórios que devem ser encarados como um contínuo geográfico e social, municípios que, muito embora administrativamente sejam autónomos, dependem funcionalmente entre si.

Muito se debateu sobre os ganhos de escala e os presumíveis ganhos financeiros resultantes desta reorganização, mas até hoje não ficou expresso com rigor qual a diminuição na despesa pública que a mesma vai implicar. Não somos contra uma reorganização territorial, antes somos a favor de uma reorganização assente em critérios não suscetíveis de diferentes interpretações, respeito pelas identidades locais, objetivos práticos e conhecimento fundamentado do território, pressupostos que a Lei nº22/2012 não garante.

Julga-se inclusivamente que esta Reorganização imposta ao Poder Local é um grave retrocesso na democracia, com uma perda ímpar de um dos objetivos mais conseguidos desde a Constituição de 1976, onde se definiu que: “as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”.

É nosso entendimento que este regime jurídico foi imposto às Autarquias Locais, condicionando e limitando a autonomia do Poder Local, num profundo desrespeito pela democracia local.

Esta não é uma reorganização administrativa territorial autárquica em que o Poder Local se possa rever, já que as especificidades territoriais, as identidades locais, bem como a proximidade do serviço público hoje prestado pelas juntas de freguesia, são postas em causa.

# A Lei 22/2012 confirma tudo o que podíamos esperar de pior

João Lobo

Presidente da Câmara Municipal da Moita



O modelo de reorganização administrativa e territorial, bem como o *modus operandi* para a sua implementação, que o atual Governo está a impor ao Poder Local, é uma afronta às Autarquias Locais, aos seus eleitos e a toda a população. Trata-se de uma medição de forças por parte da administração central perante a Administração Local, de uma desmesurada necessidade de afirmação, de controlo, e de fazer das Autarquias Locais o bode expiatório de parte da dívida pública do País.

Não acredito que esta campanha contra o Poder Local Democrático tenha sido pensada desde a tomada de posse da atual maioria do PSD/CDS. Considero que a torrente de medidas, projetos, cortes, restrições e leis reveladas e em vigor nos últimos 12 meses resultam de um trabalho mais moroso, algo que já vinha a ser engendrado em gabinetes há muito tempo, e que apenas posso descrever como uma fórmula cuidada para deixar as autarquias locais descredibilizadas e descapitalizadas, diminuindo a sua capacidade interventiva e de execução.

Todos sabemos que o Poder Local Democrá-

tico é uma das grandes conquistas do 25 de Abril de 1974. Dar a cada cidadão o poder de eleger e ser eleito para a sua freguesia ou município, defendendo as suas ideias e projetos de desenvolvimento para o espaço territorial em que se insere, todos sabemos que, este poder, nunca recolheu o agrado de todas as forças políticas, pouco habituadas a deixar nas mãos do povo a liberdade e o direito de poder escolher, em consciência, e decidir o seu próprio destino. Por outro lado, foram inúmeros os instrumentos utilizados para estreitar cada vez mais o espaço de manobra dos municípios nos últimos anos.

Os cortes sucessivos nas transferências do Orçamento de Estado (OE) para as Autarquias Locais, cujo valor em 2012 foi semelhante ao de 2005, estão a asfixiar as tesourarias das autarquias. A redução drástica das receitas, provenientes das transferências do OE e de impostos – como o IMT – Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis e a Derrama, têm vindo a comprometer as competências das autarquias no terreno, e só no 1º trimestre de 2012 o IMT registou uma



quebra, a nível nacional, de cerca de 28%, cifrando-se em aproximadamente metade do valor de 2007. Nas receitas próprias regista-se também uma crescente diminuição face à situação de declínio económico das famílias e empresas. Do lado da despesa, sofremos também o agravamento do aumento do IVA em vários bens e serviços, destacando-se os 17% na eletricidade. Por outro lado, o Estado delega cada vez mais competências nas Autarquias Locais e, nos últimos anos, têm sido sucessivamente transferidas competências sem que sejam, no entanto, atribuídos os meios correspondentes. Em suma, mais despesa e menos receita significam um Poder Local cada vez mais débil e nas mãos do Estado. As dívidas e o endividamento dos municípios são inegáveis, resultam de um conjunto de medidas restritivas, do incumprimento de uma série de leis e de muitos outros factos conhecidos, mas não são estas medidas legislativas que vão alterar a situação de grave crise económico-financeira em que o País se encontra. É importante que se acabe com esta corrente de contrainformação que lesa a credibilidade, o trabalho e a honestidade dos municípios e dos seus autarcas, até porque a dívida dos 308 municípios, superior a 7,5 mil milhões de euros, é inferior à dívida de apenas uma das empresas tuteladas pelo Estado, e são estes os dados que importa tornar públicos para esclarecer os cidadãos.

O memorando de acordo assinado entre a ANMP e o Governo limita a autonomia dos municípios e abre a porta ao sector privado, para o fornecimento de serviços essenciais às populações em substituição das autarquias, cada vez mais balizadas na sua capacidade de ação.

A criação de uma linha de crédito até mil milhões de euros para o pagamento das dívidas dos municípios, quando é o próprio Estado que está em dívida com milhões de euros,

que obriga os municípios a aumentarem todas as tarifas e taxas para o máximo, numa clara prossecução da política do utilizador/pagador, agrava ainda mais a carga fiscal sobre as famílias. Um financiamento que fica dependente dos municípios prescindirem dos 5% da receita do IMI que será usada pelo Estado para a consolidação orçamental sob a capa da avaliação geral dos prédios urbanos, e que obriga ainda os municípios a desistirem de todos os processos judiciais que tenham tentado contra o Estado, é uma grave violação da autonomia do Poder Local.

Associada à Lei dos Compromissos, este conjunto de medidas deixa as autarquias locais de mãos atadas.

A todas estas medidas acresce a ausência total de investimento da administração central na nossa região, com o cancelamento de um conjunto de investimentos estruturantes para o desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa, em geral, e para o município da Moita, em particular, que nos alimentaram o sonho de um futuro próspero e de crescimento. A suspensão do novo aeroporto de Lisboa, da terceira travessia do Tejo e, mais recentemente, a anulação do comboio de alta velocidade (TGV), anulam as expectativas criadas de dinamização económica e social da região e da Área Metropolitana de Lisboa.

A reorganização administrativa e territorial estabelece, nomeadamente, a redução substancial do número das autarquias (freguesias e municípios) e a descaracterização do Poder Local ao nível da sua autonomia administrativa e financeira e da sua pluralidade. A alteração da lei eleitoral (o presidente do município será o primeiro da lista mais votada para a Assembleia Municipal e os restantes membros do executivo serão escolhidos pelo presidente), a criação de executivos homogéneos, a redução do número de vereadores, a redução das freguesias, a centralização de competên-

cias nas comunidades intermunicipais, nomeadamente as áreas do abastecimento de água, do saneamento ou dos resíduos sólidos urbanos, são apresentadas como medidas de reforço da intervenção municipal, o que é sumamente ridículo.

A Lei 22/2012, que aprova o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, confirma tudo o que de pior podíamos esperar. É um erro tomar como ponto de partida para a reorganização territorial a extinção das freguesias. Mas mais errado é o próprio Estado obrigar à reorganização das freguesias coagindo-as, determinando que a participação no Fundo de Financiamento das Freguesias é aumentada em 15% para as freguesias criadas por agregação, um aumento que se manterá até ao final do próximo mandato, enquanto as restantes mantêm a mesma participação, ou quem sabe se não podem vir a sofrer algum tipo de penalização. Que Estado de Direito Democrático faz uma reorganização administrativa e territorial séria com recurso a manobras sobre as autarquias mais frágeis? Um aumento que apenas é válido se a agregação resultar da pronúncia favorável da assembleia municipal, e assim quer determinar o sentido de voto e a liberdade de expressão de cada órgão deliberativo.

A concretizar-se esta reforma, o afastamento do Poder Local Democrático das populações será uma realidade. A democracia ficará empobrecida e tornar-se-á inevitável a degradação dos serviços públicos e a privatização dos mais importantes e rentáveis, o fomento do poder absoluto e o fim da colegialidade e da pluralidade dos executivos, o aumento da opacidade e da corrupção e a diminuição do controle democrático. Tudo isto, em meu entender, resulta de um ajuste de contas com o 25 de Abril de 1974, reconstituindo um modelo de dependência e subordinação semelhante ao existente até então.

# A grande ofensiva ao Poder Local

Isaltino Morais

Presidente da Câmara Municipal de Oeiras



A Reforma do Poder Local é uma das matérias abrangidas pelo Memorando de entendimento com a *troika* em que o Governo ficou muito aquém do compromisso assumido, alterando o âmbito da Reforma, reduzindo-a à fusão das freguesias quando as freguesias representam apenas 1% do OE e em nada contribuem para a dívida nacional.

Adiadas continuam as inevitáveis e tão necessárias reformas administrativas e territoriais que se querem, profundas e integrais. Difíceis de concretizar, as reformas do território não podem assentar unicamente em motivações económicas, sem conhecer os problemas do território e a sua diversidade, sem atender à natureza da sociedade civil e à tradição do Estado, sobretudo em países de tradição napoleónica, como o nosso, em que predomina o “paroquialismo” sobre o pragmatismo da eficiência, que tem norteado as fusões nos países anglo-saxónicos. Afinal o que se pretende com esta reforma? A alteração da Lei Eleitoral? De que depende o seu sucesso? Que Estado queremos? Que níveis de Administração Pública? Que articulação das políticas públicas secto-

riais? Que atribuições transferir para as autarquias (município e freguesias) e que meios? Que modelo de democracia local? Como fazer a Reforma sem alterar a Constituição? Que Direito e que Soberania nos restam? Questões que permanecem por responder enquanto não formos capazes de liderar um debate político mobilizador com vista a consensos nacionais, onde o interesse público e a coesão nacional legitimam modelos de gestão financeiramente mais sustentáveis.

Sob o anúncio da defesa da descentralização, da eficácia, da eficiência e do fortalecimento do Poder Local, o que o Governo tem feito, com verdadeiros intuitos centralizadores, são reformas de cosmética e não de substância. A eficácia e a eficiência decorrem da mera agregação de territórios? À custa da proximidade.

Também têm sido anunciadas transferências de atribuições em áreas como o ambiente e o ordenamento do território, a saúde, a educação e a solidariedade social, entre outras, assim como outras entre a administração central e os municípios para as comunidades intermunicipais, mas não se diz nem se discute em que medida, quando e como vai ocorrer.

A Lei que se conhece é a Lei do mapa das freguesias e que carece de regulamentação em aspetos essenciais, insuficiente do ponto de vista jurídico, para extinguir freguesias.

Oeiras, os municípios e freguesias em geral sabem que haverá freguesias e municípios a mais, mas não reconhecem vantagens ou mais valias na tentativa de organização do território em curso.

Não se lhes explicou os propósitos, não foram ouvidos ou envolvidos num processo que exigia debate, racionalidade, visão e força legitimadora.



# Declaração da Assembleia Metropolitana de Lisboa **considera que as áreas metropolitanas devem ter, como ponto de partida, eleições diretas e competências próprias**

Sobre a reorganização administrativa, no que se refere às áreas metropolitanas, a Assembleia Metropolitana de Lisboa, reunida no passado dia 25 de maio de 2012 em Sessão Extraordinária, aprovou por unanimidade a seguinte declaração proposta pela Comissão Permanente de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente:

## **I – Acerca da institucionalização das áreas metropolitanas**

1. A Assembleia Metropolitana de Lisboa reitera a sua deliberação de 28 de novembro de 2011, assumida por unanimidade.
2. Em concordância com o ponto anterior, a Assembleia Metropolitana de Lisboa considera que qualquer definição de áreas metropolitanas com competências e meios, deve ter como ponto de partida a eleição direta destas autarquias metropolitanas.
3. As áreas metropolitanas devem ser dotadas de um quadro claro de atribuições/competências próprias de cariz metropolitano, e que não correspondam apenas a uma tentativa de transferência de competências municipais.
4. As áreas metropolitanas devem compreender designadamente as seguintes áreas de competência:
  - Ordenamento do território e planeamento urbanístico intermunicipal, garantindo a compatibilização com os planos municipais e com os planos sectoriais;
  - Planeamento estratégico metropolitano incluindo neste a necessária compatibilização entre as políticas portuárias, aeroportuárias e plataformas logísticas e as políticas de cidade. Serão considerados como fatores estratégicos de desenvolvimento metropolitano as relações de interdependência da frente atlântica;
  - Mobilidade, logística e infraestruturas correspondentes, ao nível do planeamento e da coordenação e regulação da rede de transportes públicos metropolitanos, da competência da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, devendo esta ser integrada na Área Metropolitana de Lisboa;
  - Elaboração do plano metropolitano de proteção civil e gestão, em articulação



com a Autoridade Nacional de Proteção Civil e os municípios, dos meios disponíveis na área metropolitana;

- Elaboração de planos integrados de gestão ambiental para áreas que ultrapassem a dimensão municipal;
  - Na definição e gestão de redes de equipamentos de saúde, de cultura, desporto e de educação, de âmbito metropolitano.
5. As áreas metropolitanas gozarão de autonomia financeira. O seu financiamento deverá ser maioritariamente garantido pelo Orçamento de Estado, tendo em conta a passagem gradual de atribuições e competências. Não deverão ser criados impostos de carácter metropolitano.

## **II – Participação em grupos de trabalho referentes à elaboração de nova legislação sobre áreas metropolitanas**

Ponto único – A Assembleia Metropolitana de Lisboa considera imprescindível que qualquer nova legislação sobre as áreas metropolitanas seja elaborada com a participação de representantes da Junta Metropolitana de Lisboa e da Assembleia Metropolitana de Lisboa, mesmo que se trate apenas de experiências-piloto.

Mais, considera-se essencial que a nova legislação integre a matéria constante da deliberação hoje assumida acerca da “institucionalização das áreas metropolitanas”, visando a efetiva criação de autarquias metropolitanas.

Esta deliberação foi remetida ao Sr. Presidente da República, à Sra. Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, ao Governo, à Assembleia Metropolitana do Porto, à Junta Metropolitana de Lisboa, à Junta Metropolitana do Porto, às Câmaras e às assembleias Municipais das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e à Associação Nacional de Municípios Portugueses.



# EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA (EPUL)

Em falência técnica desde 2007, com elevada turbulência e contencioso interno, para além de uma estrutura de custos desajustada face ao negócio, a EPUL tornou-se sustentável em dois anos com medidas de boa gestão

Em pouco mais de dois anos, a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) passou de uma situação de quase falência técnica para a viabilidade sustentada. Num percurso iniciado em 2009, assente em regras claras, contas certas e procedimentos simples, conseguiu tornar-se numa empresa viável e produtiva, consolidando a sua situação económica e financeira num período de apenas dois anos.

Apesar da crise económica que o país atravessa e das restrições ao crédito, a EPUL, que não recebe quaisquer subsídios nem do Governo, nem da Câmara Municipal de Lisboa (CML), concretizou os objetivos delineados para 2011: obtenção de resultados líquidos significativamente positivos: 5,5 milhões de euros (5,2 milhões de euros em 2010); redução da taxa do endividamento (de 90 milhões de euros em 2010 para 85 milhões de euros em 2011) e reforço dos capitais próprios (18,2 milhões de euros contra 13,7 milhões de euros em 2010). Apoiando-se no Plano Estratégico 2009-2013, aprovado pela CML, a EPUL, sem nunca perder de vista os objetivos de serviço público, enveredou por uma lógica de gestão de cariz empresarial, conseguindo melhorar todos os indicadores de atividade e económico-financeiros e reduzir de forma significativa os custos fixos e variáveis. Esta cultura de serviço público permitiu dar coerência aos métodos e aos instrumentos de gestão adotados pela administração: “garantir boa gestão através das boas práticas” e, principalmente, dar sentido e transparência à gestão dos dinheiros públicos.

No contexto atual, caracterizado pela forte contenção do sector imobiliário e restrições profundas ao financiamento dos empreendimentos, o abandono progressivo da atividade da construção por parte da EPUL revelou-se “uma atitude prudente e economicamente vantajosa, porque permite aliviar a necessidade de investimentos pesados para financiar novas obras”, diz Luís Augusto Sequeira, presidente do conselho de administração da empresa. Acrescenta que, dessa forma, esta pode “regressar à sua função original de urbanização e potenciar as áreas da reabilitação urbana e de arrendamento”, evitando o recurso a financiamentos avultados para empreendimentos imobiliários. Esta mudança traduz-se numa redução significativa de custos e num aumento da produtividade e dos resultados líquidos. Os resultados positivos conseguidos até agora decorrem de um processo de reorganização, reestruturação e modernização da empresa iniciado há três anos.

Assim que tomou posse, em 2009, a atual administração da EPUL fez o diagnóstico da situação e solicitou à Price Waterhouse Coopers (PWC) uma auditoria externa aos exercícios de 2003 a 2008, na sequência dos relatórios de auditoria que o Tribunal de Contas realizou à situação económica e financeira da empresa, para analisar as relações financeiras entre esta e o seu único acionista, a Câmara de Lisboa. Com base nas conclusões da auditoria, a EPUL começou um processo interno de reajustamentos e mudança de procedimentos.

A empresa integrou duas participadas, a GF e a Imohífen, e regressou à sua sede original, que lhe pertence. Reativou os projetos economicamente viáveis e cancelou os que não o eram. Implementou um programa de otimização de custos, que incluiu o cancelamento dos cartões de crédito ou débito atribuídos a administradores e diretores. Reduziu também, e de forma drástica, a sua estrutura interna.

No âmbito de programas de incentivos à passagem à reforma antecipada e rescisões por mútuo acordo, a redução do número de trabalhadores originou poupanças anuais superiores a 2,5 milhões de euros. No processo a empresa passou, de um quadro de quase 220 colaboradores, para os cerca de 150 atuais, em dois anos. “Todas as saídas foram por comum acordo com os trabalhadores, não originando qualquer contencioso com nenhum dos interessados”, diz Luís Augusto Sequeira.

Com estas medidas, a empresa poupou cerca de 25 milhões de euros. Também reduziu 30,5% dos fornecimentos e serviços externos, correspondentes a um valor de 9,3 milhões de euros. Só o regresso à sua sede original, em 2009, permitiu-lhe poupar anualmente cerca de 800 mil euros em rendas. Neste mesmo ano, a empresa aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas. O objetivo foi reduzir custos com a aquisição de bens e serviços. Por outro lado, passou a pagar todas as prestações de serviços a 30 dias e as empreitadas a 44 dias, “uma exceção no panorama económico português atual”, defende Luís Augusto Sequeira. Afinal, as boas práticas de gestão não assentam só na redução de custos.

Em 2010, a empresa iniciou um novo processo de contenção. Reduziu as comunicações móveis e a frota automóvel para cerca de metade e poupou 10% em despesas de funcionamento.

Em consequência de todas as medidas de limitação de custos, a EPUL conseguiu, em 2010, uma redução de 6% na taxa de endividamento bancário em relação ao ano anterior e obteve resultados líquidos superiores aos dos últimos 10 anos.

A par destas medidas, foi implementado um sistema de controlo da gestão, assente em reuniões mensais da administração com os diretores, para identificar situações que afetem o desenvolvimento da atividade da empresa e a partilha de informação.

Há, também, reuniões mensais da administração com as áreas produtivas da EPUL afetas à cadeia de valor dos empreendimentos. Visam a partilha de informação e a identificação e promoção de soluções.

Foi assim que uma empresa em falência técnica desde 2007, com elevada turbulência e contencioso interno, para além de uma estrutura de custos desajustada face ao negócio, se tornou sustentável.

Ao longo da sua história, a atividade da EPUL desenvolveu-se nas vertentes da urbanização e promoção imobiliária, onde só não procedeu à execução de empreitadas, sujeitas a contratação.



Luís Augusto Sequeira, Presidente da EPUL



Em 40 anos, interveio em mais de 200 hectares de território, que representam cerca de 2,5% da área urbana de Lisboa. Promoveu a construção de mais de 10 mil fogos habitacionais, 150 escritórios, 600 lojas, 7.500 lugares de estacionamento e garagens individuais. Gere, hoje, 140 mil metros quadrados de espaços verdes em Lisboa, 75% dos quais em Telheiras, 9% no Restelo, 7% na Quinta dos Barros, Benfica, 5% no Paço do Lumiar e o resto em Carnide, Horta Nova e Vale de Santo António.

De futuro, o objetivo da EPUL passa por se tornar numa referência na implementação das políticas de ordenamento do território, urbanismo, reabilitação e regeneração urbana. Para isso, Luís Augusto Sequeira diz que a empresa que gere disponibiliza “soluções integradas, pragmáticas e eficientes, em coerência com os interesses e orientações do município e alinhadas com as necessidades sociais e ambientais e de sustentação económico-financeira da empresa”. Acrescenta que os investimentos futuros serão obrigatoriamente avaliados em termos económicos e financeiros e que a sua viabilização dependerá da probabilidade da sua realização num horizonte temporal situado entre os 4 e os 5 anos e da sua sustentabilidade e rentabilidade.



# **SESIMBRA** E AS TRADIÇÕES DE PESCA



Reza a lenda que São Pedro, ao observar os homens a pescarem com uma rede de cerco, de terra, para mar, sugeriu que experimentassem puxar as redes a partir de terra, alegando que teriam maiores probabilidades de apanhar peixe.

Esta tradição milenar, conhecida por Arte Xávega, é há muito praticada por várias comunidades piscatórias do litoral português, desde o norte até ao Algarve.

Trata-se de um tipo de pesca em que a rede, fixa a um cabo na praia, é transportada para o mar por um barco que, num movimento circular, larga-a a várias dezenas de metros da costa, voltando imediatamente para o areal com o outro cabo.

Logo que o barco chega a terra, os pescadores distribuem-se pelos dois cabos, separados por cerca de cem metros, e começam a alar a arte para terra, encurtando a distância entre eles, à medida que o saco com o peixe se aproxima do areal.

Esta pesca conserva ainda hoje uma particularidade que tem a sua origem num costume antigo, assente no facto de ser aceite pela companhia de pesca a ajuda de quaisquer pessoas que desejem participar, tendo estas também um quinhão da pescaria.

No caso de Sesimbra, a xávega pratica-se há muitas décadas na baía, onde é igualmente conhecida por “Arte do Caneiro”, e na Praia do Moinho de Baixo, na Aldeia do Meco, embora com algumas diferenças.

A primeira refere-se ao período de pesca, porque no Meco ela pode ser efetuada durante todo o ano, ao passo que nas praias da Califórnia e do Ouro, na Baía de Sesimbra, apenas é realizada entre 1 de maio e 31 de outubro, num contexto turístico-cultural, mediante autorização do Parque Natural da Arrábida.

Atualmente, a frota de pesca ao peixe espada em Sesimbra é a mais numerosa.





A arte xávega é praticada há muitas décadas na baía de Sesimbra.



Outra diferença reside no facto de, no Meco, para além da força humana, a arte ser puxada para terra com a ajuda de tratores, o que mostra a ligação dos pescadores à agricultura. Já em Sesimbra, apenas são utilizados homens, pois o mar apresenta-se quase sempre mais calmo.

Por fim, as embarcações utilizadas também são diferentes. No Meco, os barcos são mais altos e compridos, semelhantes aos utilizados no litoral norte, o que pode estar associado à ondulação frequentemente mais alta. Por seu turno, em Sesimbra, é tradição utilizar-se a aiola, pequena embarcação de madeira utilizada na pesca local, mas que em tempos, também servia para auxiliar os barcos no mar alto, na pesca ao espadarte, outra grande tradição sesimbrense que, a partir da segunda metade do século XIX ganhou protagonismo a nível mundial, graças ao início da pesca desportiva desta espécie, que atraiu pescadores de todo o mundo, o que revela a riqueza dos mares de Sesimbra.

A abundância de recursos fez com que Sesimbra se tivesse tornado, ao longo dos tempos, numa das principais comunidades piscatórias portuguesas na pesca artesanal. Algumas das artes mais antigas, como a pesca à baleia, que chegou a ser praticada ao largo do Cabo Espichel, a



preto é a mais numerosa, embora existam outras embarcações envolvidas na pesca a peixes de profundidade, como a pescada, cherne, cantarilho, imperador ou goraz.

Entre as espécies capturadas ao anzol contam-se ainda o robalo, dourada, corvina, raia ou rodovalho, entre tantas outras, capturadas por pequenos barcos junto à costa.

Mas hoje, a arte com maior peso em valor e quantidade é, sem qualquer dúvida, o cerco, ou pesca da traineira, que é dirigida especialmente a espécies pelágicas, como a sardinha, carapau, cavala ou biqueirão, e que representa hoje, a maior quantidade de capturas da frota de pesca sesimbrense.



“Sacada”, ou pela “Armação à Valenciana”, já não se fazem atualmente, sendo que as últimas ainda tiveram um papel importante no plano económico até meados do século XX.

O mesmo aconteceu com os covos de rede de algodão, para a captura de camarão pequeno junto à costa, que foram proibidos há alguns anos. No entanto, a pesca aos covos, mantém-se, mas apenas com rede de maior malhagem, indicada para a captura de navalheiras, santolas, lagostas ou lavagantes.

A pesca ao “ferrado”, nome pelo qual são conhecidos os polvos, chocos e lulas, é também importante do ponto de vista económico. Para além dos barcos de pesca dos “covos”, dirigida ao polvo, existe uma forte tradição da pesca ao choco e à lula, por linha de mão, praticada pelas aiolas.

Uma parte da frota pesqueira sesimbrense opera na arte das redes de emalhar junto à costa. Entre as espécies mais capturas contam-se o linguado, solha, pescada, salmonete, robalo, besugo ou tamboril.

Por seu turno, o “Aparelho”, “Espichel” ou pesca ao anzol, que sempre foi uma das artes de pesca mais emblemáticas de Sesimbra, continua a ter um peso bastante significativo. Atualmente, a frota do peixe-espada





# FADO DE LISBOA PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

O fado de Lisboa não é apenas uma canção acompanhada à guitarra. É a própria alma do povo português. Quando se ouvem as palavras de cada poema pode-se sentir a presença do mar, a vida de marinheiros e pescadores ou das ruas e becos de Lisboa, os amores desencontrados, a alma portuguesa.

Canção emblemática de Lisboa, o fado é também indissociável dos seus bairros mais típicos. Alfama, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa são os seus mais autênticos berços. Por esta razão, ouvir o fado é conhecer Lisboa, a sua vida e as suas pessoas.

Nascido nos contextos populares da Lisboa oitocentista, o fado encontrava-se presente nos momentos de convívio e lazer. Manifestando-se de forma espontânea, ouvia-se dentro ou fora de portas, nas hortas, nas esperas de touros, nos retiros, nas ruas e vielas, nas tabernas, cafés de camareiras e casas de meia-porta.

Cantando narrativas do quotidiano, o fado esteve, numa primeira fase, principalmente associado a contextos sociais de marginalidade e transgressão e a ambientes frequentados por prostitutas, marujos e marialvas, entre outros. Muitas vezes surpreendidos na prisão, os seus intérpretes são descritos como rufiões de voz áspera e roufenha, ostentando tatuagens, hábeis no manejo da navalha de ponta e mola, recorrendo à gíria e ao calão. Esta associação do fado às esferas mais marginais da sociedade contribuiu para a sua rejeição pela intelectualidade portuguesa.

A história do fado tornou-se mito devido ao envolvimento amoroso do Conde de Vimioso com Maria Severa Onofriana [1820-1846], meretriz consagrada pelos seus dotes de cantadeira que se transformou num referencial agregador da comunidade fadista. Em sucessivas retomas

imagéticas e sonoras, a evocação do envolvimento do aristocrata boémio com a meretriz, cantadeira de fados, perpassará em muitos poemas. Também no cinema, no teatro ou nas artes visuais, a partir do romance *A Severa*, de Júlio Dantas, publicado em 1901, que foi transportado para a grande tela em 1931, naquele que seria o primeiro filme sonoro português, dirigido por Leitão de Barros.

O fado também ganhou terreno em eventos festivos ligados ao calendário popular da cidade, em festas de beneficência ou nas cegadas - representações teatrais de caráter amador e popular, geralmente representadas por homens, nas ruas, verbenas, associações de recreio e coletividades.

A partir de 1870 o Teatro de Revista passou a integrar o fado nos seus quadros musicais, animando-o e estruturando novas temáticas e melodias. Com refrão e orquestrado, será cantado por atrizes famosas e fadistas de renome. Ficaram na história duas formas diferentes de abordar: o fado dançado e estilizado por Francis, e o fado falado de João Villaret. Figura central da história do fado, Hermínia Silva consagrou-se nos palcos do teatro nas décadas de 30 e 40 do século XX, somando os seus inconfundíveis dotes de cantadeira aos de atriz cômica e revisteira.

Foi a partir do último quartel do séc. XIX que ocorreu a estabilização da forma poética da “décima”, quadra glosada em quatro estrofes de dez versos cada, aquela em torno da qual se estruturou o Fado, para mais tarde se desenvolver em volta de outras variantes. É também neste período que a guitarra, ao longo do século XIX progressivamente difundida dos centros urbanos para as zonas rurais do país, se definirá como componente específica de acompanhamento do fado.

A partir das primeiras décadas do século XX, o fado conheceu uma divulgação e consagração popular gradual através da publicação de textos nos jornais sobre o tema. Também devido à abertura de novas salas de espetáculo, que passaram a integrar o fado na sua programação, fixando elencos privativos que, muitas vezes se constituíam em embaixadas ou grupos artísticos para a realização de digressões. Paralelamente, sedimentou-se a relação do fado com os palcos teatrais, multiplicando-se as atuações de intérpretes de fado nos quadros musicais da revista ou operetas.

O aparecimento de companhias de fadistas profissionais, a partir da década de 30, veio permitir a promoção de espetáculos com elencos de grande nomeada e a sua circulação pelos teatros de norte a sul do País, ou mesmo em digressões internacionais. Foi esse o caso do Grupo Artístico de Fados, com Berta Cardoso (1911-1997), Madalena de Melo (1903-1970), Armando Augusto Freire, (1891-1946), Martinho d'Assunção (1914-1992) e João da Mata, do Grupo Artístico Propaganda do Fado, com Deonilde Gouveia (1900-1946), Júlio Proença (1901-1970) e Joaquim Campos (1899-1978), e da Troupe Guitarra de Portugal, integrada, entre outros, por Ercília Costa (1902-1985) e Alfredo Marceneiro (1891-1982).

Embora os primeiros registos discográficos, em Portugal, sejam do início do século XX, o mercado nacional era ainda, nesta fase, bastante incipiente, porque a compra de gramofones e discos era dispendiosa.

Depois da invenção do microfone elétrico, em 1925, reuniram-se as condições fundamentais às exigências de captação do registo sonoro. Em paralelo com o fabrico de gramofones a preços cada vez mais competitivos, foram criadas, junto da classe média, as condições mais favoráveis de acesso a este produto.

### Programas de rádio

Entre os instrumentos de mediatização do fado, a telegrafia sem fios (TSF) assumiu importância central nas primeiras décadas do século XX. Pela sua atividade entre 1925 e 1935, destacaram-se os postos de rádio CT1AA, Rádio Clube Português, Rádio Graça e Rádio Luso rapidamente popularizada pelo destaque que deu ao fado. Em 1925 começaram as emissões da primeira estação de rádio portuguesa, o CT1AA. Investindo em infraestruturas técnicas e logísticas para expandir o seu âmbito de radiodifusão e a regularidade das emissões, o CT1AA, de Abílio Nunes, passou a integrar o fado nas suas emissões, angariando um vasto círculo de ouvintes, que se estendia à emigração portuguesa. Incluía emissões em direto de teatros e apresentações musicais ao vivo nos estúdios.

Com o golpe militar de 28 de maio de 1926 e a implementação da censura prévia sobre espetáculos públicos, imprensa e outras publicações, a canção urbana sofreu profundas mutações.

Neste contexto, o fado sofreu profundas mutações e passou a estar despidido de qualquer caráter de improviso. Entretanto consolidou-se o processo de profissionalização de uma pléiade de intérpretes, instrumentistas, letristas e compositores, que passou a atuar em recintos diversificados, para um público cada vez mais alargado. Paralelamente, as gravações discográficas e radiofónicas propunham uma triagem de vozes e formas de interpretar que se foram impondo como modelos, limitando o domínio do improviso.

Com o tempo, a ida às casas de fado, que se concentraram nas zonas tradicionais da cidade, sobretudo no Bairro Alto, passou a ser um ritual. Na década de 40, vingaram as tendências de revivalismo dos aspetos ditos *típicos*, com a recriação dos ambientes mais genuínos e pitorescos do fado.

E se desde o primeiro momento, o fado marcou presença no teatro e na rádio o mesmo irá acontecer na sétima arte. De facto, se o advento do cinema sonoro foi marcado pelo musical, o cinema português consagrou ao fado particular atenção. Ilustra-o bem o facto do primeiro filme sonoro ter por temática as desventuras da mítica figura da Severa. Como tema central ou simples apontamento, o fado foi acompanhando a produção cinematográfica portuguesa até à década de 70. Neste sentido, também em 1947 com *O Fado, História de uma Cantadeira*, protagonizado por Amália Rodrigues ou, em 1963, com *O Miúdo da Bica*, protagonizado por Fernando Farinha, o cinema português consagrou particular atenção ao universo fadista.



Para além do protagonismo natural dado a Amália Rodrigues, pode-se sublinhar as incursões na Sétima Arte de artistas como Fernando Farinha, Hermínia Silva, Berta Cardoso, Deolinda Rodrigues, Raúl Nery e Jaime Santos.

Mas foi sobretudo o início das emissões da Rádio Televisão Portuguesa, em 1957, que definitivamente divulgou os rostos dos intérpretes do fado ao grande público, depois de dezenas de anos os portugueses escutarem as suas vozes sobretudo na rádio. Recriando, em estúdio, ambientes ligados às temáticas fadistas, a televisão transmitiu regularmente, em direto, de 1959 a 1974, programas de fado que contribuíram para a sua mediatização.

O fado teve grande vitalidade no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960, muitas vezes designado de “anos de ouro”. Em 1953 surgiu a Grande Noite do Fado, que tem vindo a realizar-se anualmente. Reunindo centenas de candidatos de várias coletividades e agremiações da cidade, este concurso, habitualmente realizado no Coliseu dos Recreios, mantém-se como um evento de grande importância na tradição fadista da cidade e para a promoção de jovens amadores que ali tentam ascender ao estatuto profissional.

Os expoentes da canção nacional encontravam-se, em meados do século passado, vinculados a uma rede de casas típicas com elenco residente, usufruindo de um mercado de trabalho mais vasto, onde avultam as possibilidades de gravação discográfica, digressões e tournées e de atuações na rádio e televisão.

### Serões para Trabalhadores

Paralelamente, sucediam-se as apresentações de fadistas nos “Serões para Trabalhadores”, eventos culturais de cobertura radiofónica promovidos pela então Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), hoje Inatel, a partir de 1942. A partir da década de 1950, a aproximação do Estado Novo ao prestígio internacional de Amália Rodrigues reforçou a colagem do regime ao fado para efeitos de propaganda.

Se a simplicidade da sua estrutura melódica valoriza a interpretação da voz, ela sublima também os repertórios cantados. Com forte pendor evocativo, a poesia do fado apela à comunhão entre intérprete, músicos e ouvinte. Em quadras ou quadras glosadas, quintilhas, sextilhas, decassílabos e alexandrinos, esta poesia popular evoca os temas ligados ao amor, à sorte e ao destino individual, à narrativa do quotidiano da cidade. Sensível às injustiças sociais, revestiu-se inúmeras vezes de um vincado carácter de intervenção.

E se as primeiras letras de fado eram, na sua maioria, anónimas e sucessivamente transmitidas pela tradição oral, a situação mudou definitivamente a partir de meados da década de 20. Nesta época surgi-

ram poetas populares como Henrique Rego, João da Mata, Gabriel de Oliveira, Frederico de Brito, Carlos Conde e João Linhares Barbosa, que consagraram ao fado particular atenção.

A partir dos anos 50, o fado cruza-se definitivamente com a poesia erudita na voz de Amália Rodrigues. A partir do contributo decisivo do compositor Alain Oulman, passará a cantar os textos de poetas com formação académica e obra literária publicada, como David Mourão-Ferreira, Pedro Homem de Mello, José Régio, Luiz de Macedo e, mais tarde, Alexandre O’Neill, Sidónio Muralha, Leonel Neves ou Vasco de Lima Couto, entre muitos outros.

A divulgação internacional do fado começara já a esboçar-se a partir de meados da década de 30, em direção ao continente africano e ao Brasil, destinos preferenciais para atuação de artistas como Ercília Costa, Berta Cardoso, Madalena de Melo, Armando Augusto Freire, Martinho d’Assunção ou João da Mata, entre outros artistas. Mas foi a partir da década de 1950 que a sua internacionalização se consolidou, sobretudo através de Amália Rodrigues. Ultrapassando barreiras da cultura e da língua, consagrou-se definitivamente como ícone da cultura. Durante décadas e até à data da sua morte, em 1999, caberia a Amália Rodrigues o protagonismo deste cantar a nível nacional e internacional.

### A guitarra portuguesa

Introduzida em Portugal pelas colónias inglesas de Lisboa e do Porto, referências de gosto e mentalidade cultural da época, a guitarra inglesa teve grande divulgação nos salões europeus de meados do século XVIII.



A designação “guitarra portuguesa” atesta provavelmente o modelo de seis pares de cordas, que foi provavelmente introduzido em Portugal. Foi, sobretudo a partir de 1840, que surgiram notícias da sua associação ao contexto do fado, onde hoje é um dos seus principais elementos. Na história da construção da guitarra portuguesa, inteiramente artesanal, distinguem-se duas famílias de guitarreiros que aperfeiçoaram e transmitiram o seu segredo ao longo de sucessivas gerações. A primeira iniciou-se com Álvaro da Silveira e foi continuada por Manuel Cardoso e seu filho Óscar Cardoso. A segunda nasceu com João Pedro Grácio e manteve-se com João Pedro Grácio Júnior, que se destacou de seis irmãos, e seu filho Gilberto Grácio. O diálogo permanente entre esta oficina e os executantes que a preferiram, como Luís Carlos da Silva, Petrolino, Armando Freire, Artur Paredes, Carlos Paredes e José Nunes, foi fundamental à evolução técnica e acústica do instrumento.

De entre os guitarristas, Armando Augusto Freire, também conhecido por *Armandinho* (1891-1946), foi autor de inúmeros fados e variações, deixando uma escola da qual saíram, entre outros, Jaime Santos, Carvalhinho, Raúl Nery e José Fontes Rocha.

Quanto aos conjuntos de guitarras, ficaram como referência os conjuntos do Professor Martinho d’Assunção, proeminente violista e compositor e o conjunto de guitarras de Raúl Nery, criado a convite da Emissora Nacional e formado pelo próprio Raúl Nery, como primeiro guitarra, José Fontes Rocha, segundo guitarra, Júlio Gomes, viola, e Joel Pina, viola baixo.

Progressivamente, ao longo das décadas que se seguiram à instauração do regime democrático em Portugal, fez-se sentir a influência da cultura de massas, própria das sociedades da era da globalização. O contexto cultural mudou a relação do fado com o mercado português, que passou a concentrar-se na música popular de carácter interventivo e em muitas outras formas musicais de origem externa.

Nos dois anos seguintes à revolução de Abril foi interrompida a Grande Noite do Fado e diminuiu radicalmente a presença do fado em emissões radiofónicas e televisivas, o que atesta bem a hostilidade ao fado, provavelmente devido à sua conotação com o poder político anterior ao 25 de Abril.

Mas a estabilização do regime democrático devolveu-lhe o seu espaço próprio a partir de 1976. Logo no ano seguinte foi lançado o álbum *Um Homem na Cidade*, de Carlos do Carmo, um dos maiores expoentes da canção urbana de Lisboa e figura central da internacionalização do fado. Com uma sólida carreira de quase 50 anos, tem articulado, como ninguém, a tradição fadista mais legítima a uma inesgotável capacidade de a recriar. Foi sobretudo a partir da década de 1980 que houve consenso sobre o papel central do fado no quadro do património musical português. Assistiu-se, a partir daí, a um renovado interesse do mercado pela canção urbana de Lisboa, e a atenção crescente da indústria discográfica.



Foram reeditados discos e o cantar de Lisboa foi gradualmente integrado nos circuitos dos festejos populares, à escala regional. Também se deu o aparecimento progressivo de uma nova geração de intérpretes e a aproximação ao fado de cantores de outras áreas, como José Mário Branco, Sérgio Godinho, António Variações ou Paulo de Carvalho.

Emergindo, no plano internacional, um renovado interesse pelas culturas musicais locais, através dos seus expoentes mais reconhecidos, nos circuitos do disco, dos media e dos espetáculos ao vivo, Amália Rodrigues e Carlos do Carmo assumiram destaque absoluto.

Nos anos 90 o fado consagrou-se definitivamente nos circuitos internacionais, através de Mísia e Cristina Branco, em França e na Holanda respetivamente. Na mesma década surge outro nome que se destaca hoje no panorama do fado, Camané. Desde então, surgiu uma nova geração de intérpretes talentosos como Mafalda Arnauth, Katia Guerreiro, Maria Ana Bobone, Joana Amendoeira, Ana Moura, Ana Sofia Varela, Pedro Moutinho, Hélder Moutinho, Gonçalo Salgueiro, António Zambujo, Miguel Capucho, Rodrigo Costa Félix, Patrícia Rodrigues ou Raquel Tavares e Mariza. Esta intérprete assumiu um protagonismo absoluto, desenhando um percurso fulgurante, ao longo do qual tem legitimamente colhido sucessivos prémios na categoria de *World Music*.

O Fado, com raízes profundas na cultura da cidade, foi moldado no tempo pelos seus poetas e intérpretes, evoluindo com a história do país, mas mantendo-se único e diferente. Hoje, como há 200 anos, cantado na rua de improviso ou para multidões em grandes salas, não deixa ninguém indiferente. É um dos símbolos mais perpétuos do país e da cidade de Lisboa e algo que deve ser mantido para o futuro. Por isso, não foi de estranhar a sua classificação como património imaterial da humanidade pela Unesco. Foram precisos pouco mais de cinco minutos para que a decisão fosse tomada por unanimidade, no dia 27 de novembro de 2011.

**Fonte:** EGEAC/Museu do Fado.

# AML PARTICIPA NA MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR E NO APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No âmbito do QREN 2007-2013, a Autoridade de Gestão do PORLisboa - Programa Operacional Regional de Lisboa celebrou um Contrato de Delegação de Competências sem Subvenção Global com a Área Metropolitana de Lisboa, a quem delegou competências na gestão e acompanhamento das tipologias de projeto de: Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar e o Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA).

No que concerne à Modernização do Parque Escolar da Área Metropolitana de Lisboa (1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar), foram aprovadas pelo PORLisboa cinquenta e sete operações de projetos infraestruturais de raiz e de remodelação/ampliação de equipamentos, integradas no Eixo Prioritário III “Coesão Social” deste programa operacional regional, que concorre para a promoção do desenvolvimento da Região de Lisboa e para a coesão nacional.

Estes projetos configuram objetivos de melhoramento e alargamento da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, com vista a satisfazer as necessidades da população e a atenuar as carências deste tipo de infraestruturas, diagnosticadas nas cartas educativas dos concelhos do território da AML, em virtude do aumento do crescimento demográfico que se tem vindo acentuar ao longo da última década nas áreas metropolitanas do país.

Na tipologia SAMA foram aprovadas trinta e uma operações tendo como beneficiários os municípios, a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e juntas de freguesias da Área Metropolitana de Lisboa, que visam criar condições estruturantes, orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no relacionamento da Administração Pública Local quer com os cidadãos (municípios), quer com as empresas.



Operações que já foram objeto de verificação:

DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	BENEFICIÁRIO
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Pragal nº 2	Município de Almada
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Costa de Caparica nº 2	Município de Almada
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Vale Figueira nº 1	Município de Almada
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Almada nº 2	Município de Almada
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Trafaria nº 2	Município de Almada
Escola do 1º CEB nº 3 de Alcabideche	Município de Cascais
Escola do 1º CEB nº 2 e Jardim de Infância da Galiza	Município de Cascais
Escola Básica de Vila Chã	Município da Amadora
Escola Básica Mina	Município da Amadora
Reengenharia e desmaterialização de processos	AMDS
Escola Básica 1 de Varge Mondar	Município de Sintra
Gestão de Relacionamento com o cidadão	Município de Sintra
EBI 2,3 Luísa Todi	Município de Setúbal
Escola Básica da Brejoeira	Município de Setúbal
Uma Autarquia mais próxima do Cidadão	Município de Setúbal
Escola 1º ciclo + Jardim Infância do Pinhal General	Município de Sesimbra
Construção e Apetrechamento da EB1/JI da Quinta das Mós	Município de Loures
Construção e Apetrechamento da EB1/JI da Quinta do Conventinho	Município de Loures
Construção da EB1/JI da Quinta dos Franceses	Município do Seixal
EB1 Dr. Sousa Martins	Município de Vila Franca de Xira
EB1/JI de Vialonga	Município de Vila Franca de Xira
Construção de EB1/JI Milharado - Quinta do Munhoz	Município de Mafra
Plataforma de Interoperabilidade e Sistema Central de Referências comuns, de identificação & Autenticação	Município de Lisboa
Sistema de Gestão de Atendimento, Portal e Guichet Eletrónico do Município, Empresa e Entidades	Município de Lisboa
Seixal Digital Balcão Único	Município do Seixal
Desenvolvimento do canal de atendimento eletrónico	Município de Loures
Qualificação do atendimento e digitalização dos arquivos do Urbanismo	Município de Loures
Balcão Único Multicanal de Atendimento ao Município (GUIA)	Município de Vila Franca de Xira
Modernização do atendimento e digitalização dos arquivos do urbanismo	Município de Vila Franca de Xira
Atendimento Municipal Multicanal	Município de Almada
Projeto de Otimização de Processos de Licenciamento das Atividades Económicas	Município de Sintra
Reengenharia Urbanismo & Gestão Documental	Município de Lisboa
Projeto de Qualificação do Atendimento do Município de Palmela - 2ª fase	Município de Palmela
Implementação do "Balcão Único" de Atendimento ao Município	Município de Mafra
Construção da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Alcaínça	Município de Mafra
Escola EB1 JI do Porto Pinheiro	Município de Odivelas



Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Alcainça - Mafra

As Operações aprovadas preconizam objetivos de eficiência e eficácia, designadamente:

- A qualificação do atendimento dos serviços da Administração Pública Local, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas;
- A racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e a simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos;
- O desenvolvimento de uma Administração Pública em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias da infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- A promoção de iniciativas integradas de modernização, assegurando a articulação entre três principais dimensões de intervenção (pessoas, organização e tecnologia), promovendo uma geração da massa crítica e das competências transversais necessárias à continuidade e sustentabilidade deste tipo de processos, para além do horizonte definido para o respetivo financiamento.

Ao abrigo do contrato assinado entre a Autoridade de Gestão do POR Lisboa e a AML, foram definidos, nos termos do Decreto-lei nº 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de abril, as competências da Área Metropolitana de Lisboa como organismo intermédio do PORLisboa, designadamente:

- a) Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- b) Assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PORLisboa;
- c) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- d) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento das operações apoiadas com decisão de financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;
- e) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- f) Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- g) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efetuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;



Escola EB1/JI do Porto Pinheiro - Odivelas

Seixal Digital Balcão Único



h) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transações relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;

i) Assegurar a recolha de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional.

Neste sentido, compete à AML, para além das verificações de natureza administrativa de todos os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários (municípios da AML), proceder a verificações de natureza física, realizadas no local das operações, com base numa amostra aleatória, que é revista anualmente, segundo orientações da Autoridade de Gestão do PORLisboa.

As verificações no local têm como referência os termos que serviram de base à aprovação da operação e à conformidade da execução dos trabalhos realizados, constantes dos documentos de despesa validados. Estas verificações incidem sobre os aspetos normativos e temporais dos documentos, execução financeira e realização física dos projetos.

Das verificações realizadas resulta um relatório, que é submetido ao beneficiário, onde são explanados os pontos fortes e fracos da execução da Operação.

# João Oliveira Silva

Natural de Mafra, com formação em fotografia, cinema e design gráfico, foi sempre nestas áreas que desenvolveu a sua atividade.

Frequentou o curso profissional de fotografia da ETIC, com especialização em fotografia comercial/ publicitária. Realizou os primeiros trabalhos de fotografia comercial, ainda enquanto estudante, e sempre achou que era nesta área que iria desenvolver a sua atividade, mas acabou por ser na fotografia editorial/ fotojornalismo que consolidou o seu trabalho.

Aliou a formação em cinema com a sua experiência e colaborou em diversos projetos como diretor de fotografia e operador de câmara.

Juntou-se à agência fotográfica AAFP, publicando inúmeros trabalhos em diversas revistas. Por esta altura, acumulava como fotógrafo *freelancer*, uma colaboração com a Câmara Municipal de Mafra. Atualmente é nesta Câmara, no gabinete de comunicação, que trabalha como fotógrafo e designer gráfico.



Numa encosta na Tapada Nacional de Mafra, uma árvore em silhueta mostra a sua firmeza



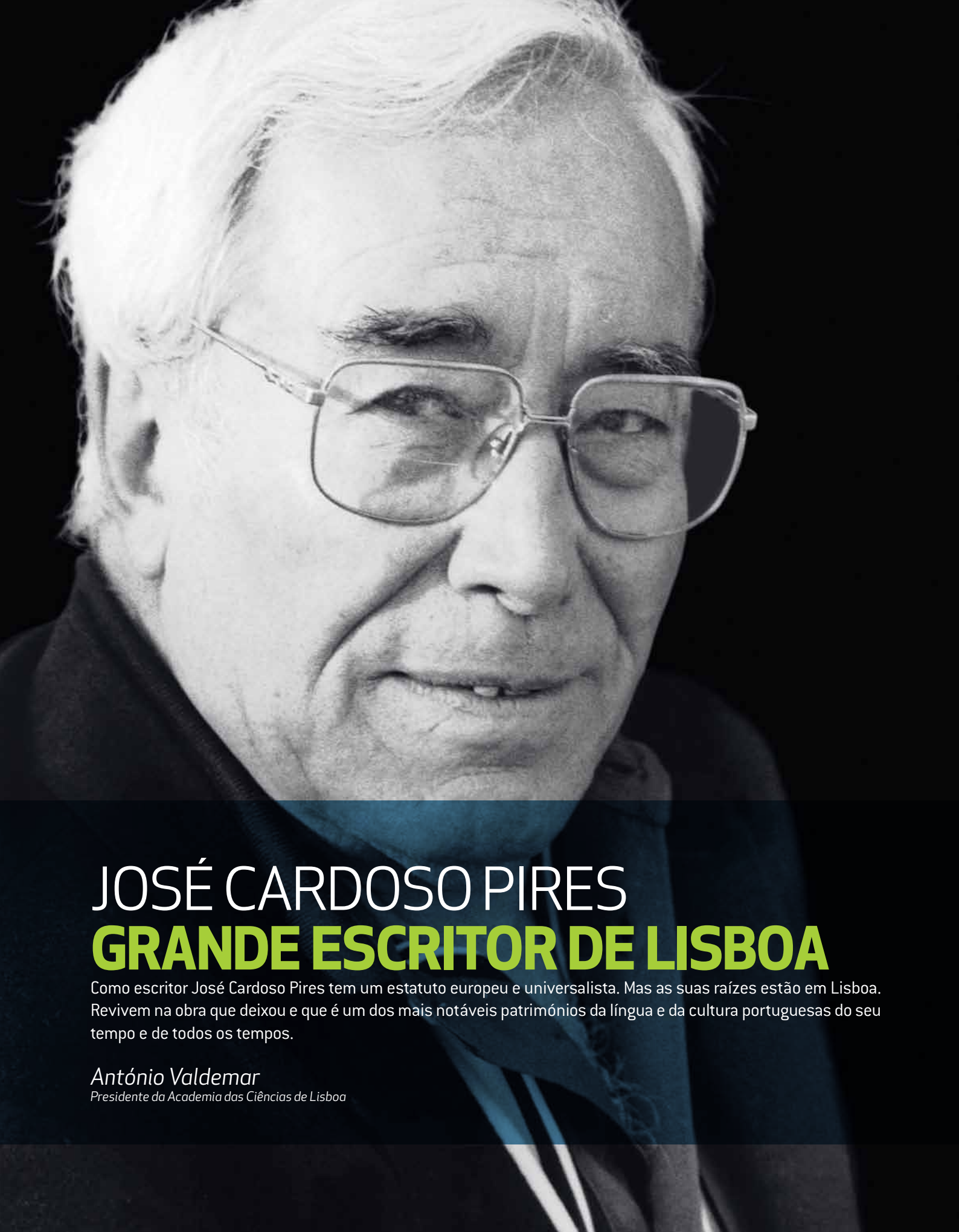
O Homem e o Barrista - Retrato de José Franco



Uma bailarina desafia a gravidade num espetáculo de bailado no Auditório da Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva na Ericeira



Numa zona rochosa das furnas, na Vila da Ericeira, o mar estende-se até ao horizonte num final de tarde de tons sóbrios.



# JOSÉ CARDOSO PIRES

## **GRANDE ESCRITOR DE LISBOA**

Como escritor José Cardoso Pires tem um estatuto europeu e universalista. Mas as suas raízes estão em Lisboa. Revivem na obra que deixou e que é um dos mais notáveis patrimónios da língua e da cultura portuguesas do seu tempo e de todos os tempos.

*António Valdemar*

*Presidente da Academia das Ciências de Lisboa*



O percurso de José Cardoso Pires está associado a Lisboa, a bairros com tradição histórica e forte carga simbólica. Foi a cidade onde viveu, estudou, trabalhou e viria a falecer. Foi a capital de um País onde tudo ainda se decidia no Terreiro do Paço, nos vários ministérios submetidos ao poder absoluto e discricionário de Salazar. Foi a cidade com espaços abertos e fechados para conversar, discutir e conspirar. Para as lutas para a restituição da Liberdade e Democracia. Mas o 25 de Abril – que assistiu e celebrou – ainda permitiu a José Cardoso Pires, durante mais de duas décadas, viver e escrever em liberdade. Oriundo da Beira Baixa, de São João do Peso, aldeia do concelho de Vila de Rei, distrito de Castelo Branco, José Cardoso Pires, [2/10/1925-26/10/1998] dizia, sem rodeios, que nascera ali por mero acaso, pois os pais já se tinham fixado em Lisboa. «Em boa verdade – escreveu – pouco interessa o onde e a maneira como se nasce. Importa muito mais a morte e o modo como a forjamos, vivendo. Eu próprio, da minha terra natal tenho uma definição antiga e simplista: deserto de padres, pedras e pedintes – e uma imagem mais recente: Sicília abandonada, sol a pino, ruas vazias e a marcar o tempo, o martelar de um sapateiro num portal. Aldeia emigrada, portanto».

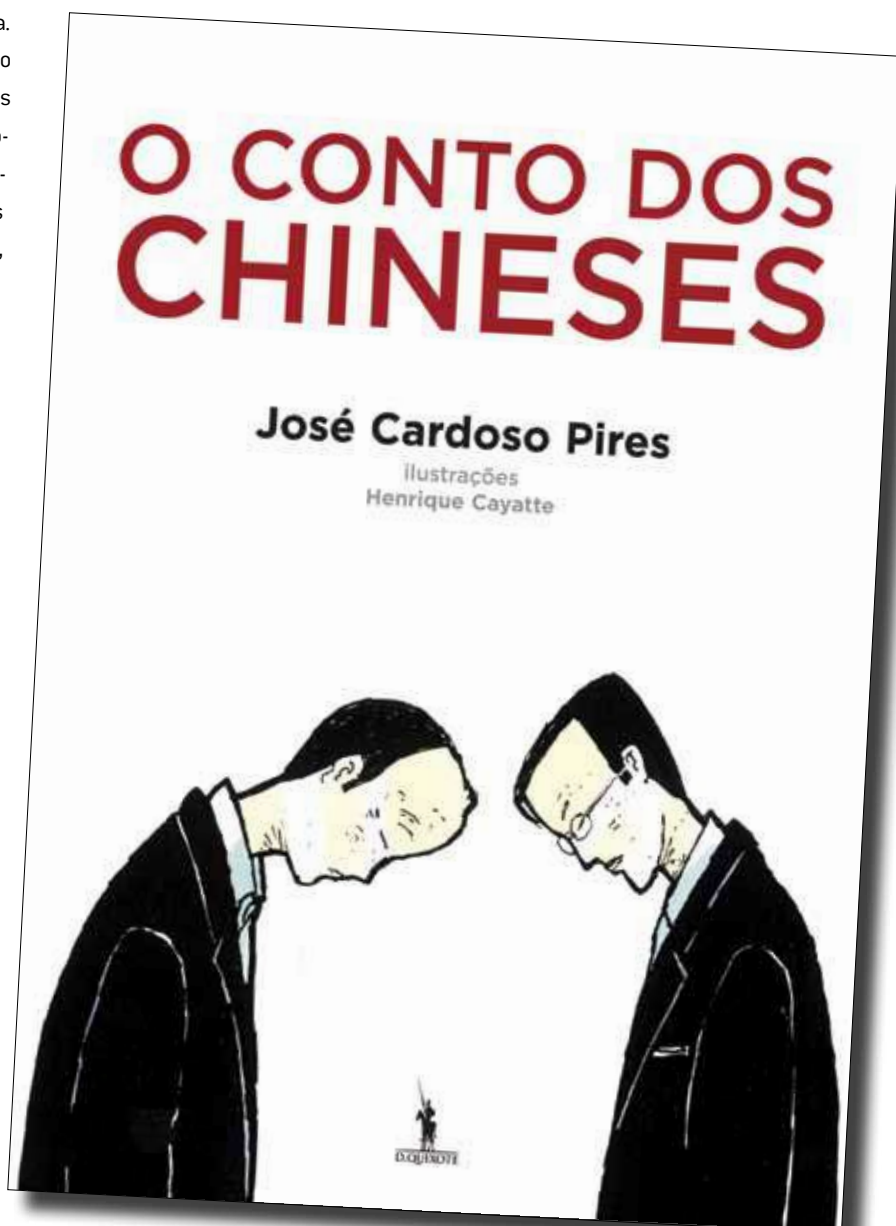
E, logo a seguir, explicava: «Mas além do berço e da minha ascendência de camponeses radicados, para sempre, nos Estados Unidos, eu penso que ao nível cultural também nós, todos nós, escritores somos emigrantes. Emigrantes por referência topográfica e acima de tudo mental: criaturas que procuram romper os limites e as imposições do meio geral para arriscarem a sua aventura privada».

A formação de José Cardoso Pires decorreu em Lisboa: na Escola Primária de Arroios, no Liceu Camões, na Faculdade de Ciências, na Escola Naval para fazer o curso da Marinha Mercante. Tempo marcado pelo fim da Guerra de Espanha e a Segunda Guerra Mundial.

Quando, também nos anos 40, despertou para a literatura fez parte de tertúlias famosas e que já desapareceram: o café Herminios na Almirante Reis, ponto de encontro inicial de Mário Cesariny, de Alexandre O'Neil e outros participantes na aventura surrealista; o café Chiado e o café Portugal, onde se reuniam os neorealistas.

Literatura e política estão, sempre, associadas. Foi a época do MUD e das Exposições Gerais de Artes Plásticas, encerradas pela PIDE, na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Além de escritores, poetas, artistas, políticos da oposição à ditadura, conheceu os marginais do Socorro, do Martim Moniz, do Bairro Alto e do Cais do Sodré. Descobriu a Lisboa maldita, as armadilhas e bazó-fias dos chulos, os altos e baixos das prostitutas, a fauna perversa da cidade. Conviveu com os marialvas nos seus lugares castiços. O vocabulário que uns e outros usavam entrou na sua escrita concisa, depurada, reduzida ao essencial, que diz o que tem a dizer, recusando o sentimentalismo fácil e o artifício do cinismo.



Escreveu em jornais e revistas que se impuseram pela inovação, a rebeldia, o protesto contra o fascismo. Protagonista e espectador ativo de uma época de opressão, cheia de ambiguidades e contradições, reconstituiu para memória da sua geração e advertência para as gerações que lhe sucederam os anos difíceis e cinzentos do regime de Salazar. *A Balada da Praia dos Cães*, a pretexto do crime do Guincho, recorda como era Lisboa e como era Portugal. O capitão Almeida Santos foi executado, a 16 de março de 1960, na vivenda Verde Pino, em Rio de Mouro, pelos companheiros que, com ele, fugiram do Forte de Elvas: o médico Jean Jacques Marques Valente, o cabo António Gil e Maria José Maldonado.

Ao conceber uma ficção, a partir de factos reais e ainda sob o vendaval que varreu o País, na campanha de Humberto Delgado, Elias Santana - um nome e uma criação do escritor - desencadeia a condução da narrativa no quotidiano de Lisboa: as malhas da clandestinidade política, o especto da traição, ódios declarados e reprimidos, os impulsos do sexo, a ansiedade do isolamento, o conflito aberto entre duas polícias, a Judiciária e a PIDE, sempre com uma a tentar sobrepor-se à outra.

Será impossível esquecer os numerosos episódios e a figura de Elias Santana, recriada por Raul Solnado, quando Fonseca e Costa transpôs o romance para o cinema.

Outro romance de José Cardoso Pires, *O Delfim* – que se pode considerar a sua obra-prima e uma das mais significativas da literatura portuguesa - apresenta-nos uma série de metáforas (a lagoa, a caçada aos patos, por exemplo) não apenas dos anos 60, do auge da guerra colonial e do fim de Salazar, mas da realidade portuguesa, dos seus mitos e dos seus fantasmas. Tomaz da Palma Bravo (que tem muito dos Fernandos de Mascarenhas e Nunos Salvação Barreto, que lançavam o

pânico, nas cenas de pugilato e violência das noites de Lisboa), último abencerragem de uma dinastia de aristocratas, agarrada a usos e costumes senhoriais em extinção é mais uma personagem emblemática.

Maria das Mercês é outra personagem que se destaca – se no decurso d' *O Delfim*, que proporcionou outro filme, realizado por Fernando Lopes. O «casting» de Rogério Samora é excelente, assim como o desempenho de Alexandra Lencastre.

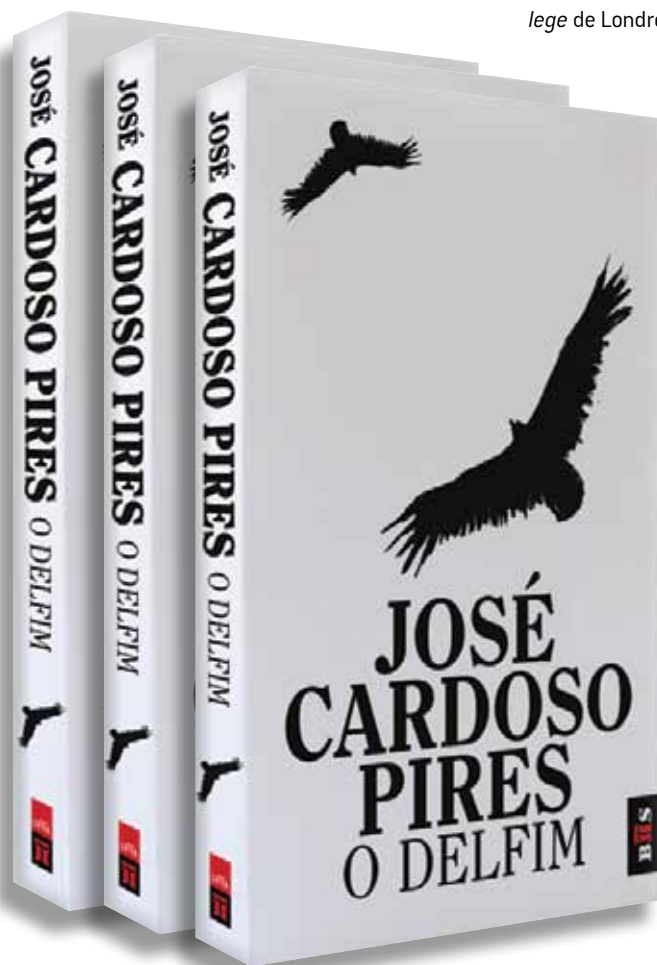
Assinalamos dois entre os vários romances de José Cardoso Pires, mas quantos outros cenários e figuras da Lisboa boémia e marginal, nas crónicas reunidas em *A Cavalo no Diabo* e, também, nas crónicas do *Livro de Bordo*? Ali se depara o itinerário do escritor e dos anjos e demónios que o acompanhavam, pelas ruas, tascas e cabarés: no Cais do Sodré, no Parque Mayer, no Ritz Clube, no Passapoga, na Adega dos Perús, na Praça do Chile.

José Cardoso Pires aproximou-se da Europa e das Américas. Por duas vezes, nos anos 60 e 70, antes e depois do 25 de Abril, esteve na Inglaterra, a lecionar literatura portuguesa e brasileira no *King's College* de Londres e em colaborações eventuais com

a BBC. Também esteve na França, na Itália, no Brasil, em congressos literários e em reuniões políticas. Pertenceu ao núcleo português da *Association Internationale pour la Liberté de la Culture*.

Mas voltava sempre a Portugal, para a sua casa de Lisboa e, de vez em quando, para se refugiar na Costa de Caparica ou na Ericeira, buscando no isolamento junto ao mar a concentração indispensável para escrever.

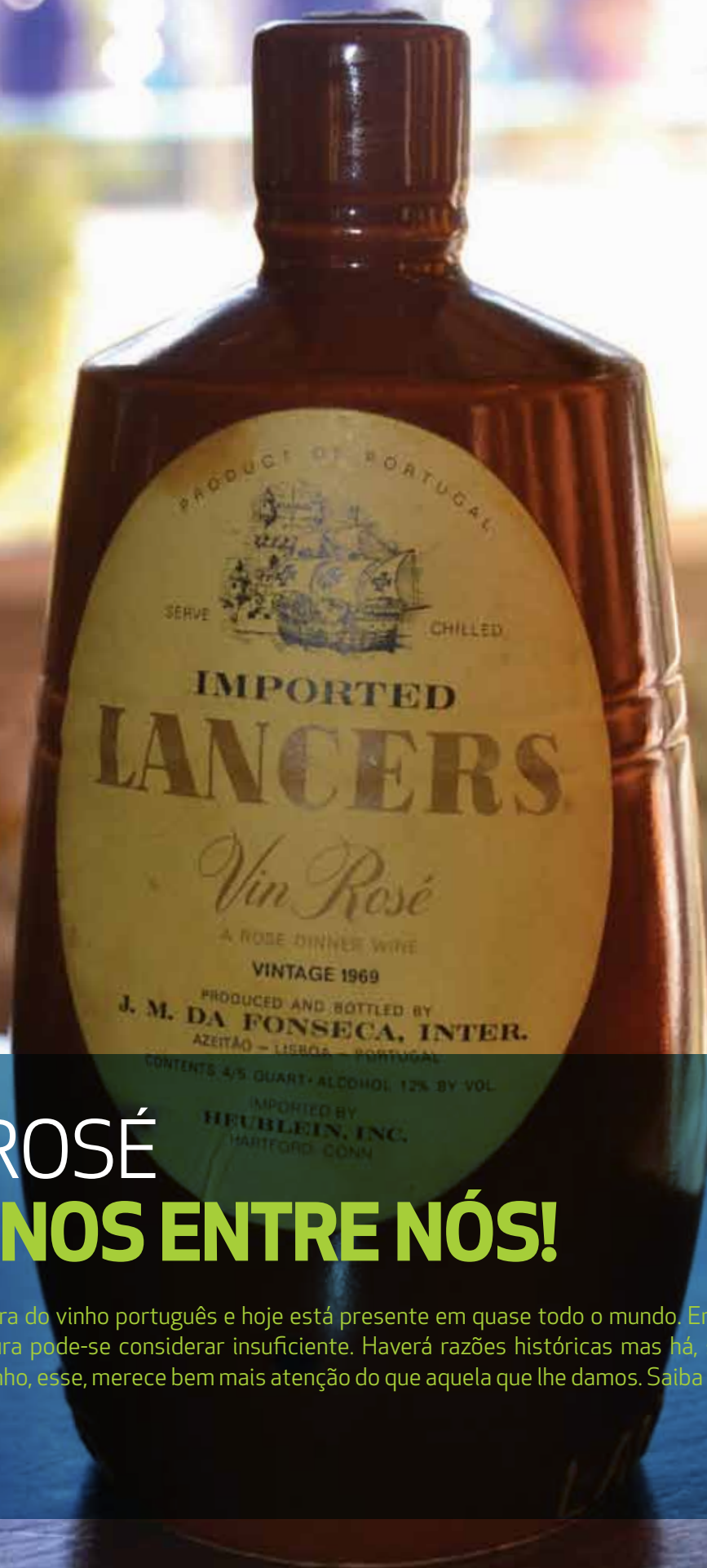
Como escritor José Cardoso Pires tem um estatuto europeu e universalista. Mas as suas raízes estão em Lisboa. Revivem na obra que deixou e que é um dos mais notáveis patrimónios da língua e da cultura portuguesas do seu tempo e de todos os tempos.



# Mafra

*um convite à descoberta...*

*Nestas férias, visite o Concelho de Mafra  
e deixe-se encantar!*



# VINHO ROSÉ HÁ 70 ANOS ENTRE NÓS!

Já foi a verdadeira bandeira do vinho português e hoje está presente em quase todo o mundo. Entre nós há muita oferta mas a procura pode-se considerar insuficiente. Haverá razões históricas mas há, sobretudo, muitos preconceitos. O vinho, esse, merece bem mais atenção do que aquela que lhe damos. Saiba porquê.

*João Paulo Martins*  
Jornalista

De Jimmy Hendrix, famoso guitarrista norte-americano precocemente falecido em 1970, existe uma célebre fotografia em que aparece com uma garota ao lado e uma garrafa de Mateus rosé. Está bem-disposto, provavelmente não apenas pelo vinho bebido. Mas isso agora não interessa nada! Interessa que ele, e muitos outros famosos, fizeram elogios rasgados ao rosé português que, durante décadas e décadas, foi o verdadeiro embaixador do vinho de Portugal. Para o bem e para o mal, já que (quase) ninguém imaginava que por cá se produziria outra coisa além de Vinho do Porto e Mateus rosé! Atualmente este “brand” tem uma produção 20 milhões de garrafas/ano, um quantitativo enorme, mesmo em termos internacionais, e vende-se em mais de 120 mercados.

Passam este ano sete décadas sobre a criação deste rosé. Trata-se da marca emblemática que a Sogrape fez nascer durante a Segunda Guerra Mundial e que conseguiu manter-se até à atualidade num patamar que acabou por elevar a bebida à categoria de ícone. A par deste vinho, nascido e criado inicialmente no Douro, surgiu na mesma altura, na região de Setúbal, uma outra marca que teve (e tem) projeção mundial, o Lancers.

Desde o início que o propósito foi claro: criar um vinho fácil de beber, que pudesse ser apreciado em todas as ocasiões e por um público muito alargado. Para essa ideia do “vinho fácil” muito ajudou a cor – rosada de tonalidade salmonada –, a graduação ligeira, a boa acidez que equilibrava algum açúcar residual e uma leve presença de gás. Para nós isto pode parecer tudo evidente, mas para quem criou o modelo, de facto não era nada evidente. A começar pela garrafa do Mateus, imaginada com base nos cantis dos soldados (ver foto) e que se manteve com o formato original até 2002, quando foi concebida uma nova garrafa, inspirada na original mas mais moderna e estilizada, valorizando a palavra Mateus em detrimento da imagem do palácio de Vila Real.

O formato da garrafa suscitou durante muito tempo alguma controvérsia a nível internacional, porque a região alemã da francónia (Franken) também usa um formato semelhante (ver foto), localmente chamado de “Bocksbeutel”. Os responsáveis locais intentaram uma ação contra a Sogrape mas o próprio tribunal alemão reconheceu a antiguidade do modelo português e a querela esfumou-se com o tempo; a região alemã continua a engarrafar o seu vinho branco naquele formato e a empresa portuguesa também.



Como se poderá imaginar, o vinho também mudou. Não a cor, mas a forma de produção e os teores de gás e açúcar; atualmente o Mateus tem menos gás, muito menos açúcar e é muito mais bem feito do que nos tempos da Guerra. Com uma imensa tecnologia ao seu dispor, vai sendo feito ao longo do ano de acordo com as encomendas, o que assegura uma enorme frescura num vinho que, tendencialmente, deve ser consumido o mais novo possível.

O Lancers foi criado na mesma época do Mateus e sucedeu a uma outra marca existente até então, o Faísca. As exportações, entre Lancers (que inicialmente era vendido quase exclusivamente para os EUA como “Lancers Burgundy type” e “Lancers Chablis type”) e outras marcas da casa atingiram as 500.000 caixas em 1970. Entretanto, com a renovação do portefólio da firma José Maria da Fonseca,





a marca Faísca acabou por ser vendida à Sogrape em 1996, que mantém esta referência mas só para mercados externos e onde a presença de emigrantes é mais forte, o chamado “mercado da saudade”.

O Lancers ficou identificado com uma garrafa com o formato de botija (ver foto) e chegou em tempos a ostentar data de colheita. O material da botija foi evoluindo ao longo do tempo: inicialmente em grés e porosa, a garrafa passou a ser feita de um material mais estanque e pintada em Azeitão; o vinho, que começou por ser rosé, passou também a ser comercializado na versão branca.

O país real não estava a dormir e à sombra da fama daqueles dois rosés muitas outras empresas se lançaram na comercialização de outras marcas de vinhos rosados. Assim apareceram as que procuravam também alguma originalidade no formato da garrafa e que reproduziam o modelo da pouca cor, do ligeiro gás e do açúcar residual. Como tantas vezes acontece noutros domínios, também aqui as

As cópias do Mateus apenas imitaram (e mal) o original e tiveram mesmo o efeito perverso de criar no imaginário nacional a ideia que “o vinho rosé não presta” e, em jeito de superioridade moral e vínica, dizia-se “os estrangeiros que o bebam...!”.

cópias apenas imitaram (e mal) o original e tiveram mesmo o efeito perverso de criar, no imaginário nacional, a ideia que “o vinho rosé não presta” e, em jeito de superioridade moral e vínica, dizia-se “os estrangeiros que o bebam...!”.

## Esses vinhos são perfeitos companheiros para saladas de verão, para aperitivos e mesmo para pratos de peixe com pouca confeção.

Este afastamento dura há décadas e só agora, lentamente e em virtude da imensa quantidade de marcas de rosé que o mercado dispõe, é que os consumidores estão a mudar de opinião. Os detratores do Mateus ficam um pouco atrapalhados quando se lhes pergunta há quanto tempo não provam o vinho e os que dizem que rosé não é vinho também não se arriscam a fazer uma prova em copo preto; nesse momento muitos dizem que o vinho é branco e ficam sem graça quando afinal descobrem que é bom o vinho que julgavam ser um produto menor.

Os modernos rosés são vinhos bem interessantes. Quase todos são o resultado de “aproveitamento de restos”, ou seja, resultam do mosto que foi retirado das cubas para se concentrar o que lá ficou. Neste aspeto técnico, que são contas de outro rosário, reside a razão da proliferação de marcas de rosé e reside também a razão da exagerada graduação alcoólica dos rosés disponíveis. Em boa verdade, o rosé nunca deverá perder o caráter de frescor, de bebida fácil e que se saboreia sem grande reflexão em dias quentes; ora tudo isso cai por terra quando o rosé tem 14º, como vários que circulam no mercado. Passamos a ter de prestar atenção à quantidade ingerida, o que contraria o espírito da própria bebida.

Vinho de esplanada por excelência, de convívio, de alegria e de dias quentes, o rosé tem o seu lugar quer como aperitivo quer à mesa. Para aperitivo, principalmente se for para ser bebido sem qualquer acompanhamento, poderemos reservar aqueles, como o Mateus, que têm algum açúcar residual. Essa pequena quantidade ajuda a que o vinho seja mais agradável de beber, amacia-o e permite o consumo a solo. Já à mesa, é preferível escolher os mais secos, embora em boa verdade praticamente todos os vinhos no mercado tenham sempre algum açúcar residual, ainda que em doses quase impercetíveis. Esses são perfeitos companheiros para saladas de verão, aperitivos e mesmo para pratos de peixe com pouca confeção. É-lhes exigido que tenham boa fruta, boa frescura ácida, taninos escondidos, corpo ligeiro e deixem uma boa impressão final, que apeteça beber mais um pouco. Se isto acontecer (e atualmente é fácil que aconteça) o rosé já cumpriu a sua função.

À data da escrita deste texto eram ainda muito poucos os rosés de 2011 no mercado. Por isso não fazemos aqui uma seleção. No entanto, atendendo à boa prestação dos anos anteriores, parece-nos que serão muito pequenos os riscos de indicarmos como apostas seguras de rosés secos:

- Calços do Tanha, PV, Qta. de Cidrô, Redoma, Rozès.
- Qta. da Giesta, Cunha Martins, Qta. da Falorca, Qta. do Perdigão, Ca-briz, Qta. das Marias. Qta. do Mondego, Qta. do Cardo, Galeria.
- Casa Santos Lima, DFJ, Qta. de Sant’Ana.
- Vinha Padre Pedro, Conde Vimioso, Qta. do Casal Branco, Fiuza, Qta. da Alorna, Qta. da Lagoalva.
- Serras de Azeitão, Periquita, Terras do Pó.
- Casa Santa Vitória, Dona Maria, Altas Quintas Crescendo, Vinha da Defesa, Herdade Grande, Monte da Ravasqueira, Monte das Servas, Rosé da Peceguina, Terras de Monforte, Vinha d’Ervideira.



# ORGANIZADO PELA AML

## SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO E RISCOS

As questões do ambiente urbano e dos riscos decorrentes da ocupação e transformação do território pelo homem foram o tema de um seminário que reuniu no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), ao longo de todo o dia 23 de março, mais de 300 participantes, entre estudantes e professores daquela instituição, autarcas da AML, técnicos de vários organismos relacionados com o planeamento, a prevenção e a proteção civil e ainda professores de outras Universidades. A entidade organizadora foi a Comissão Permanente de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia Metropolitana de Lisboa.

Os trabalhos foram abertos pela Prof<sup>a</sup> Manuela Vieira, Vice-Presidente do ISEL, que apresentou

The poster features a red background with white and yellow text. At the top, it reads 'SEMINÁRIO ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA' and 'AMBIENTE URBANO E RISCOS'. Below this, it says '23 MARÇO INST. SUP. DE ENGENHARIA DE LISBOA'. The central graphic is a large triangle containing an aerial photograph of a city, with a white exclamation mark overlaid on it. At the bottom of the poster, it says 'CONSULTE O PROGRAMA EM WWW.AML.PT'. The footer contains logos for the organizing and supporting entities: 'Organização: Área Metropolitana de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Associação Municipal'; 'Apoios: ISEL, Delta, metro, Comboios de Portugal, Metropolis'.

SEMINÁRIO ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA  
AMBIENTE URBANO E **RISCOS**  
23 MARÇO INST. SUP. DE ENGENHARIA DE LISBOA

CONSULTE O PROGRAMA EM [WWW.AML.PT](http://WWW.AML.PT)

Organização: Área Metropolitana de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Associação Municipal

Apoios: ISEL, Delta, metro, Comboios de Portugal, Metropolis





a instituição anfitriã, destacando, entre os seus departamentos, os cursos com especial vocação para a temática deste seminário. Carlos Humberto de Carvalho, Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, situou estas questões no território nacional e especialmente no espaço da AML, recordando desastres como o grande terramoto de 1755, as cheias de 1967, as explosões na fábrica de pólvora de Barcarena e as contaminações de solos no concelho do Barreiro. Falando dos riscos, lembrou que “eles são potencializados por uma cultura de planeamento que em Portugal foi relativamente tardia relativamente ao resto da Europa, a desertificação dos campos, à concentração junto das cidades, aumento da pressão junto dos espaços urbanos e crescimento descontrolado dos centros urbanos e o aprofundado fosso existente entre o litoral e o interior”. Seguidamente afirmou: “Por outro lado, herdámos também burocracias paralisantes, uma proliferação de entidades com competências sobrepostas e até alguma conflitualidade de poderes decisórios, que dificultaram a adoção de uma estratégia de prevenção de riscos, com particular ênfase no que diz respeito a sismos, incêndios florestais, cheias e inundações, e à erosão das zonas costeiras. Não são raras as vezes que Planos Diretores Municipais se estendem no tempo e, quando são aprovados, já estão prontos a serem revistos. Aliás, atualmente temos um problema acrescido: são vários



os Planos Diretores Municipais que aguardam pela aprovação do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.”

A introdução geral aos temas foi feita por José Luís Zêzere, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e por Carlos Mendes, da Autoridade Nacional de Proteção Civil; na



impossibilidade da sua presença, a exposição de Laura Caldeira, do LNEC, foi apresentada por Francisco Salgado, do mesmo Laboratório. Durante toda a tarde, os trabalhos repartiram-se por quatro painéis temáticos, com quatro mesas a funcionar em simultâneo, cada uma delas tendo tido cinco intervenções, seguidas de debate. Na impossibilidade de descrever aqui todo este desenvolvimento, referem-se os títulos de cada painel e uma indicação das principais matérias tratadas:

1. – **Os riscos físicos sobre o território** - As intervenções trataram das inundações e cheias, do risco sísmico e de tsunamis na AML, dos movimentos geológicos e deslizamentos, do ordenamento do território e prevenção e dos riscos informáticos.
2. – **Os riscos de uso do território** - Os temas tratados foram a renovação do edificado, planeamento e habitação, logística e transportes, segurança rodoviária, riscos aeronáuticos e riscos para a saúde – biosegurança dos alimentos geneticamente modificados.
3. – **Planeamento, monitorização e prevenção dos riscos** - Falou-se dos planos municipais de emergência, da monitorização das grandes obras e das zonas de costa, meteorologia e sistemas de aviso e da organização do socorro na AML.
4. – **Educação para o risco, a cultura do risco e o voluntariado** - Tratou-se da perceção do risco, da redução de catástrofes, clubes de proteção civil, a resiliência das comunidades e os bombeiros voluntários.

Na sessão de encerramento, e depois das sínteses apresentadas pelos relatores dos quatro painéis, Lino Paulo, Presidente da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia Metropolitana de Lisboa, em referência a práticas erradas que potenciam situações de risco, deu como exemplo:

“Entre 1995 e 2007, a edificação em áreas inundáveis por cheias progressivas cresceu 51%; a edificação em áreas inundáveis por cheias rápidas cresceu 39%; a edificação na faixa litoral dos 500 metros cresceu 23%; e a edificação em vertentes perigosas cresceu 78%. Estes números indicam-nos que é necessário mudar de paradigma.”

A terminar, João Serrano, Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa, sublinhou a necessidade da afirmação de uma cultura de risco, congratulou-se pela presença neste seminário de “técnicos, investigadores e políticos” refletindo e trabalhando em conjunto, e declarou que a iniciativa se insere na atuação da Assembleia Metropolitana de Lisboa de “criar plataformas de pensamento à escala metropolitana”.

JUNTA DE  
FREGUESIA

FECHADO

VINHA VER  
SE A JUNTA  
ME DISPONI-  
BILIZAVA  
TRANSPORTE  
ATÉ AO  
CENTRO  
DE SAÚDE...

O MELHOR  
É VER SE  
DISPONIBILIZA  
TRANSPORTE  
ATÉ À  
**JUNTA...**

